



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Alba Valéria Neiva Rodrigues

**AS CERCAS QUE DIVIDEM O LUGAR DE EXISTÊNCIA DOS  
CORPOS DISCIDENTES DA HETEROSEXUALIDADE  
COMPULSÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO  
CAMPO NO CONTEXTO DE SÃO GABRIEL/BA**

Amargosa/BA  
2019

Alba Valéria Neiva Rodrigues

**AS CERCAS QUE DIVIDEM O LUGAR DE EXISTÊNCIA DOS  
CORPOS DISCIDENTES DA HETEROSEXUALIDADE  
COMPULSÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO  
CAMPO NO CONTEXTO DE SÃO GABRIEL/BA**

Relatório teórico-metodológico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Gomes Dornelles

Amargosa/BA  
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB  
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5º / 1515

R696c

Rodrigues, Alba Valéria Neiva.

As Cercas que dividem o lugar de existência dos corpos discidentes da heterossexualidade compulsória: gênero, sexualidade e educação do campo no contexto de São Gabriel, BA. / Alba Valéria Neiva Rodrigues. – Amargosa, BA, 2019.

55 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dr. Priscila Gomes Dornelles.

Relatório teórico-metodológico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2019.

Bibliografia: f. 51-54.

Inclui Apendice.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Sociologia educacional. I. Dornelles, Priscila Gomes. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

**Alba Valéria Neiva Rodrigues**

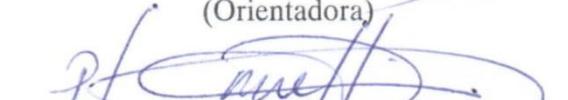
**RELATÓRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO  
“AS CERCAS QUE DIVIDEM O LUGAR DE EXISTÊNCIA DOS  
CORPOS DISCIDENTES DA HETEROSEXUALIDADE  
COMPULSÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO  
CAMPO NO CONTEXTO DE SÃO GABRIEL/BA”**

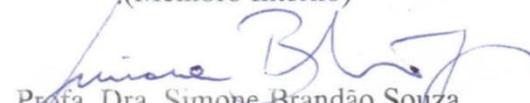
Relatório apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do título de Mestre e Educação do Campo.

Aprovada em 19 de julho de 2019

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles  
(Orientadora)

  
Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi  
(Membro Interno)

  
Profa. Dra. Simone Brandão Souza  
(Membro Externo)

  
Profa. Livia Tavares Mendes Froes  
(Membro Externo)

Amargosa/BA

2019

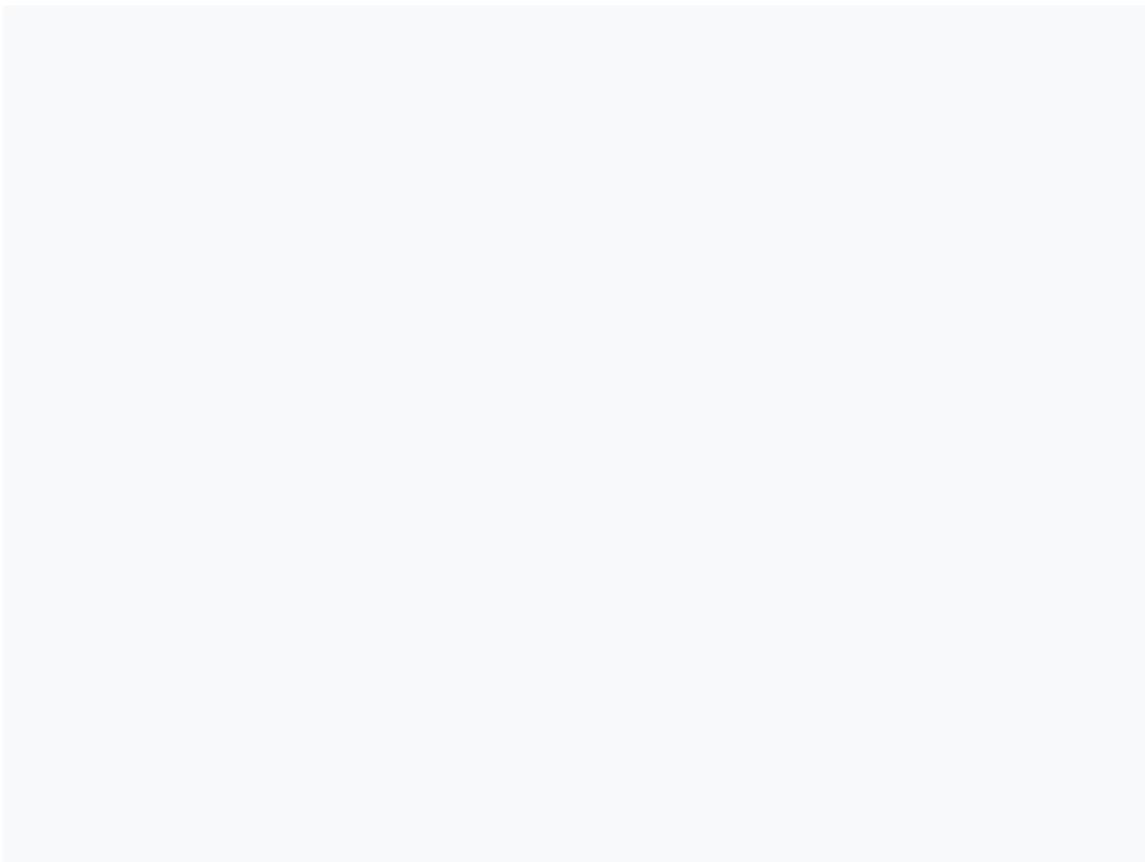
## **AGRADECIMENTOS**

Tantas mãos contribuíram para este trabalho que reconheço a difícil tarefa de tecer agradecimentos individuais. Atrevo-me a quebrar tal protocolo e lanço os meus agradecimentos aos coletivos que de forma individual e/ou coletiva contribuíram para que este trabalho se concretizasse, meus sinceros agradecimentos!!!!

## RESUMO

O presente trabalho consiste em um relatório teórico-metodológico em que apresento o resultado da minha pesquisa de mestrado intitulada “As cercas que dividem o lugar de existência dos corpos discidentes da heterossexualidade compulsória: gênero, sexualidade e educação do campo no contexto de São Gabriel/Ba” Este trabalho propõe analisar como os corpos são constituídos e concebidos no contexto territorial nordestino/camponês/catingueiro, a partir das categorias de análise Gênero, Sexualidade e Educação do Campo. Para tanto, operamos com os estudos *queer* feministas que pautam a heteronormatividade e tencionam a oposição binária que elegem heterossexuais e homossexuais como categorias da sexualidade. A pesquisa será desenvolvida no município de São Gabriel/Ba, localizado na região de Irecê e contará com a participação de dez sujeitos, cinco que permanecem em terras sertanejas e cinco que foram condicionados(as) a saírem de seu território devido à sua sexualidade. As normas regulatórias funcionam produzindo o binarismo como um modo de inteligibilidade e de possibilidade para os corpos. Assim, epistemologias e políticas binárias constituem o que é um corpo, sua posição social de humanidade e definindo quem tem legitimidade e aceitabilidade de permanecer no território camponês, catingueiro e nordestino. Cabe ainda destacar, que a respectiva pesquisa assume uma posição política de discutir tais categorias em uma perspectiva de “subverter” a ordem estabelecida e expressa na heterossexualidade enquanto uma norma compulsória.

Palavras-Chave: Gênero, Sexualidade, Educação do Campo.



## ABSTRACT

The present work consists of a theoretical-methodological report in which I present the result of my master's research entitled "The fences that divide the place of existence of discordant bodies of compulsory heterosexuality: gender, sexuality and rural education in the context of São Gabriel / Ba". This paper proposes to analyze how bodies are constituted and conceived in the northeastern / peasant / catingueiro territorial context, based on the analysis categories Gender, Sexuality and Rural Education. To do so, we operate with feminist queer studies that guide heteronormativity and intend the binary opposition that elect heterosexuals and homosexuals as categories of sexuality. The research will be developed in the municipality of São Gabriel / Ba, located in the region of Irecê and will have the participation of ten subjects, five who remain in backcountry lands and five who were conditioned to leave their territory due to their sexuality. Regulatory norms work by producing binaryism as a mode of intelligibility and possibility for bodies. Thus, epistemologies and binary policies constitute what is a body, its social position of humanity and defining who has the legitimacy and acceptability to remain in the peasant, catingueiro and northeastern territory. It should also be noted that the respective research takes a political position to discuss such categories from the perspective of "subverting" the established order expressed in heterosexuality as a compulsory norm.

**Keywords:** Gender, Sexuality, Countryside Education.

## **LISTA DE SIGLAS**

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**IFBA:** Instituto Federal da Bahia

**LGBT:** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

**SCIELO:** Scientific Electronic Librari Onlaine

**UFMG:** Universidade de Minas Gerais

**UFRB:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 01 – Localização de São Gabriel no Estado da Bahia-----</b>	<b>44</b>
<b>Figura 02–.Localização de São Gabriel entre municípios do território-----</b>	<b>44</b>
<b>Figura 03 – Foto da cidade de São Gabriel: área urbana-----</b>	<b>45</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>08</b>
<b>1. Educação do Campo, diversidade e silêncios</b> -----	<b>14.</b>
<b>1.1. As produções no campo da Educação do Campo</b> -----	<b>18</b>
<b>1.2. Nordeste e o recorte regional</b> -----	<b>21</b>
<b>2. Gênero, sexualidade e a produção dos corpos no campo catingueiro: caminhos (in)viáveis e (in)vivíveis</b> -----	<b>25</b>
<b>3. Narrativas como instrumentos de existência, resistência e re(e)existência</b> -----	<b>35</b>
<b>4. Percurso metodológico</b> -----	<b>39</b>
<b>4.1. Interlocução e protagonismo: auto (d)enunciação de vidas</b> -----	<b>41</b>
<b>4.2. Mostra áudio visual: produção e arranjos na Arte de projetar os corpos</b> -----	<b>45</b>
<b>5. Considerações finais/provisórias</b> -----	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as entrevistas individuais</b> -----	<b>55</b>
<b>APÊNDICE B – Entrevista</b> -----	<b>56</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro da Mostra: vídeo e fotos</b> -----	<b>59</b>

## Introdução

“Amar e mudar as coisas  
Me interessa mais.”  
Belchior

Começo o texto demarcando qual é o meu lugar de fala neste trabalho, pois há muito venho refletindo sobre a legitimidade que tenho em dialogar sobre/com os sujeitos dissidentes da heterossexualidade compulsória, sendo que me posiciono como alinhada a norma especificamente por me reconhecer como uma mulher heterossexual. A principal intencionalidade não é falar por elxs, mas sim dar-lhes visibilidade e espaço ético, estético e político para apresentar suas vidas, as lutas travadas cotidianamente para existir, resistir e reexistir no campo e todas as implicações que atravessam nesse contexto. É fato que este é um debate, ainda, restrito no contexto das lutas em torno da Educação do Campo e serão necessárias muitas outras produções para pensar a heteronormatividade como dispositivo que gerencia os corpos em territórios campesinos-regionais.

Para melhor compreensão dos caminhos, angústias e afetos, percorridos, vivenciados e sentidos, respectivamente, na minha trajetória, desde o ingresso no Mestrado em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sinto a, imensurável, necessidade de narrar o (breve) itinerário nestes dois anos enquanto mestranda.

Nas conversas entre pares com pessoas queridas, tomo conhecimento do programa de pós-graduação na UFRB, campus Amargosa que, brevemente, abriria vagas para o mestrado em Educação do Campo. Oriunda da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Minas Gerais, logo começo a “matutar” possibilidades de submeter um projeto; com tais aspirações e após visitar os currículos dxs professorxs do programa percebo que o tema que tenho afinidade: gênero (até o momento, ainda com o entendimento restrito a lógica binária) poderia ser articulado com a Educação do Campo em um projeto e, possivelmente, acolhido no processo de seleção.

Pois bem, assim o fiz! Montei um projeto, no qual os sujeitos da pesquisa eram um grupo de mulheres que trabalham com produtos orgânicos em uma comunidade campesina do município de São Gabriel. Submeti a proposta, passei nas duas primeiras fases e tive o trabalho acolhido.

Deu-se início as aulas no Centro de Formação de Professores, Campus Amargosa, bem como as orientações que eram ora de modo coletivo, ora de modo individual. Principalmente, aquelas que aconteciam em grupo me fizeram (re)pensar sobre o que e com quem pesquisar.

O entendimento de que o debate de gênero vai além da percepção binária com as categorias homem X mulher vai sendo ampliado e o desejo em pesquisar como os corpos que escapam às normas de gênero são posicionados no campo catingueiro vai crescendo. Pois bem, o meu projeto, com coparticipantes<sup>1</sup>, categorias e campo da pesquisa me interrogam a mudança de proposta. Se no primeiro momento ingresso com um projeto e ao longo do curso desenvolvo outro, isso deve-se ao fato de que não foi eu que escolhi a pesquisa, mas a pesquisa me escolheu. “As escolhas não são feitas ao acaso. Nossos caminhos têm a ver com nossas marcas, e essas marcas atravessam-nos como pesquisadoras/es” (DORNELLES, 2013, p.60)

Das muitas identidades que nos últimos anos vêm orientando a minha prática social enquanto sujeito político, a que me fez (re)pensar e (re)estruturar a pesquisa no mestrado foi sem dúvida a identidade de professora<sup>2</sup>. O viés da educação que alimenta esta pesquisa é a Educação do Campo. Assim, não falo de qualquer lugar. Os meus pés estão enraizados no campo, no nordeste, na caatinga baiana.

Enquanto professora e sujeito político que se constitui em território camponês, nos últimos quatro anos venho vivenciando e refletindo sobre as frequentes diferenciações e desumanizações que constituem e delineiam os corpos vivíveis ou não no campo. Refiro-me a corpos de sujeitos que flertam com a ambiguidade do gênero e/ou se posicionam contrários às normas de gênero e que, por isso, vivenciam diariamente práticas discriminatórias, violentas, humilhantes e, assim, homofóbicas em vários espaços públicos e privados no contexto do campo brasileiro, nordestino e baiano. Vale destacar que o grau de desumanização e a produção da marcação que aciona os sujeitos como desviantes é distinta e atravessa suas vidas de várias formas de

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto utilizo esse termo para me referir aos entrevistadxs da pesquisa, uma vez que consideramos que este trabalho foi feito COM xs entrevistados e não PARA.

<sup>2</sup> Início as minhas atividades pedagógicas em sala de aula em 2014, após retornar para São Gabriel. Atuei inicialmente em uma unidade particular. Em 2015 começo a estudar para concurso público, após algumas aprovações, consigo inserção em estabelecimentos públicos. Atualmente estou como professora no Instituto Federal da Bahia e na Rede estadual de Ensino da Bahia, ambas as vagas são aprovações em concurso público.

acordo com como se posicionam na trama da homo-bissexualidade, da lesbianidade, por exemplo.

As categorias de análise deste trabalho de pesquisa ganham dinamicidade a partir das minhas experiências pessoais, tanto no campo, como na academia e mais recentemente na escola. No processo dialógico destas três dimensões fui me constituindo enquanto militante social feminista, importante identidade que busco (re)afirmar nos espaços nos quais estou atuando, seja como docente, seja como quem aciona ações e micropolíticas cotidianas.

Nasci e cresci em um município rural da Bahia chamado São Gabriel, região central do estado, onde há predominância do bioma caatinga. Eu e minha família tirávamos a nossa renda da produção da terra, mas esta tornou-se insuficiente devido à seca. Sendo assim, meu pai agregou outra função e há 10 anos vêm atuando, também, como pedreiro. Frequentei escola multisseriada, dormi a luz do candeeiro, participei das festas colheitas de feijão, milho e mamona. Enfim, a produção da vida presente no campo permeou toda a minha infância e adolescência. Isso sugere que a matriz primária de minha formação é a camponesa.

Ao iniciar os estudos acadêmicos na Universidade do Estado da Bahia no ano de 2005, no curso de pedagogia, tive o primeiro contato com os movimentos sociais. A atuação no movimento estudantil foi o pontapé inicial para o meu reconhecimento enquanto sujeito de direito, militante social e mulher camponesa.

Em meados de 2007, deixo o curso de pedagogia para iniciar os estudos no curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMG. O contato com os movimentos sociais é amplamente intensificado, uma vez que a respectiva turma foi o projeto piloto do Ministério da Educação em parceria com quatro Universidades Federais, dentre elas a UFMG, na qual, somente, militantes sociais foram selecionados para fazer o vestibular.

Durante os quatro anos de permanência na UFMG, para além do conhecimento acadêmico, muitas aprendizagens foram sendo projetadas e outras consolidadas. A intensa convivência com os movimentos sociais, sobretudo o movimento sindical, foi de extrema importância, pois foi neste espaço de formação política que vivenciei as contradições de ser mulher, camponesa e militante em um meio de “machos”. Ao mesmo tempo em que levantavam a bandeira da educação, da reforma agrária, da

agroecologia também se posicionavam como “machos” e silenciavam as mulheres e/ou invisibilizavam as expressões de sexualidade não heterossexuais, e, ainda pior, apontavam a homossexualidade como um desvio a ser combatido. Nesse cenário, as bandeiras das lutas feministas ganham espaço maior no meu projeto de vida, inclusive, redefinindo minha participação enquanto militante em movimentos de mulheres.

Ao concluir o curso de Licenciatura em Educação do Campo, as várias identidades que orientam a minha prática social estavam se definindo, organizando e articulando a minha prática social e política: mulher camponesa, mãe, militante social, feminista e pesquisadora. Porém, outra identidade é incorporada posteriormente: educadora.

A educação é o instrumento pedagógico e político que encontrei para desenvolver a minha militância social de luta pela igualdade de direitos enquanto projeto político, profissional e de vida. Estar na sala de aula, exercer a prática docente foi decisivo para instigar o meu olhar de pesquisadora sobre como a heteronormatividade estabelece o gênero binário como referente de humanidade para os corpos e como esta norma regula a vida das pessoas e as instituições sociais, como a escola.

Conviver com jovens que se colocam como sujeitos da diversidade sexual me permitiu perceber a latente diferença em que estes sujeitos são concebidos na sociedade, o que se torna motivo de inúmeras angústias pessoais. Dada esta inquietação, direciono a respectiva pesquisa, com olhar atento, para pensar e refletir como o campo catingueiro posiciona as vidas dissidentes da heterossexualidade compulsória e aciona discursos que constituem a heteronormatividade, tais como o binarismo como referente do gênero, a homofobia. Interessa visibilizar como estas tramas discursivas posicionam os corpos como abjetos, bem como indicam que há aí resistências.

Pensar o campo brasileiro/nordestino/catingueiro com o recorte de gênero e sexualidade alinhados a Educação do Campo é lançar o olhar em torno de um contexto regional que produz subjetividades e que as matrizes geradoras da Educação do Campo (freiriana, marxista e do movimento) não dão conta de aprofundar o debate e significar os corpos abjetos, devido as amarras epistemológicas em curso, no qual questões como gênero (muitos trabalhos são encontrados nas produções alinhadas a Educação do

Campo que reforçam o modelo binário: homem X mulher) e sexualidade são secundarizadas.

O projeto de campo que a Educação do Campo nos conduz para (re) pensar este espaço geográfico-social e suas interfaces, politizando as questões presentes e suas implicações norteia os debates nas mais variadas áreas: luta pela terra, educação, agroecologia, produção, saúde, respeito à diversidade e muitas outras áreas que dimensionam a vida no campo. A sexualidade tem pouco destaque, tanto nas produções acadêmicas, como nos espaços de formação, como abordaremos mais adiante.

Os sujeitos do campo são expropriados dos meios de comunicação, de produção, expropriados da terra, expropriados de educação e, ainda, precisam lidar com a expropriação do direito de existir, estar e permanecer no campo, devido à negação e/ou silenciamento de sua sexualidade.

Diante disso, a necessidade de se discutir a hegemonia heteronormativa é urgente. Questionar, interrogar essas normas constitui-se como passo importante que se movimenta em direção à desconstrução de visões, atos e ações que fortalecem a heteronormatividade e todas as violências produzidas de modo concomitante à constituição repetitiva deste padrão hegemônico regulado pelas normas de gênero.

Esta pesquisa se insere neste cenário e tem como objetivo principal discutir como os sujeitos dissidentes da heterossexualidade compulsória são concebidos no território nordestino/camponês/catingueiro. Bem como, problematizar como os estudos de gênero e sexualidade a partir dos estudos feministas e queer podem contribuir com o debate na perspectiva da Educação do Campo.

Cabe ressaltar que reconhecemos a legitimidade das bandeiras de luta reivindicadas pelos povos do campo e que constituíram e, hoje, “engrossam” o debate da Educação do Campo. No entanto, nos propomos a pesquisar sobre como as normas de gênero produzem (im)possibilidades de permanência no campo para os sujeitos que subvertem as normas e como esse cenário dialoga com o princípio da diversidade - norteador da Educação do Campo.

Com isso, problematizamos quem são os sujeitos que compõem esse campo, direcionando o nosso olhar para perceber o movimento de análise de como uma trama de gênero e sexualidade é acionada como normalizadora deste espaço. Tal abordagem é

feita articulando a Educação do Campo e os conceitos de gênero e sexualidade, como também subcategorias teórico-analíticas como heteronormatividade, abjeção e homofobia.

## 1. Educação do Campo, diversidade e silêncios.

“Nos primeiros anos de escola foi bem difícil, eu brigava bastante, pois as outras crianças viviam me chamando de nomes pejorativos e me diminuindo, então eu aprendi a ignorar”. (EDMO<sup>3</sup>, 20/07/2018)

“Tinha muito bullying homofóbico, porque até então eu não sabia da minha sexualidade. Teve um menino que era muito perverso, ele me deu um soco na barriga e ficou me xingando de viado”. (MATEUS, 16/07/2018.)

Os silêncios sobre a diversidade sexual na Educação do Campo constituem e autorizam as violências verbal e física que fazem parte das vidas dos sujeitos que não estão alinhados às normas de gênero que moram no campo. Violências, estas, que estão institucionalizadas e naturalizadas nos espaços públicos e privados. Começo o texto com dois trechos das entrevistas feitas com xs coparticipantes da pesquisa, no qual ilustram bem que São Gabriel, território da caatinga baiana, não está desconectado de uma política nacional violadora e opressora. Pelo contrário, por se tratar de um território rural, este processo de exclusão se apresenta com maior intensidade<sup>4</sup>. Sobre isso, pretendo discutir mais no decorrer deste relatório e através do produto.

No percurso de sua trajetória política, a Educação do Campo constituiu alguns princípios norteadores que orientam a luta e a pauta pela conquista de direitos. Dentre eles, o princípio de Diversidade é central para pensar os sujeitos presentes no campo. No verbete Diversidade, presente no Dicionário da Educação do Campo, Miguel Arroio problematiza: Por que dar atenção e centralidade à diversidade na construção de um projeto de Educação do Campo? Ora, se a luta primária do movimento da Educação do Campo é por direitos para que os sujeitos permaneçam no campo, assim pensar quem são esses sujeitos e suas demandas é ação central do movimento. O próprio Arroyo responde ao questionamento, no qual destaca:

---

<sup>3</sup> O nome dxs entrevistadx são reais, uma vez que xs mesmxs autorizaram o uso.

<sup>4</sup> Em todos os relatos coletados aparecem várias falas carregadas de mágoas, ressentimentos e um desejo enorme de migração para territórios longínquos onde estxs possam vivenciar experiências sem serem apontadx como anormais ou promíscuos.

Porque as lutas pela construção da Educação do Campo carregam as marcas históricas da diversidade de sujeitos coletivos, de movimentos sociais que se encontram nas lutas por outra educação em outro projeto de campo e de sociedade. Reconhecer essa diversidade enriquece o projeto de Educação do Campo. (ARROYO, 2012, p. 231).

Diante das afirmações feitas por Arroyo, a respectiva pesquisa questiona a Educação do Campo no sentido de contribuir para a desconstrução do processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados ao passo que outros são desumanizados. Assim, à medida que as relações sociais, no âmbito do gênero e da sexualidade, no campo são respeitadas dentro de suas individualidades, o princípio da Diversidade fortalece o projeto da Educação do Campo.

O movimento da Educação do Campo dar-se-á início com reivindicações no campo da educação na década de noventa. Neste primeiro momento, foram priorizadas as discussões em torno da educação básica, é importante salientar que essa prioridade se alicerça de uma materialidade legítima, tendo em vista a precariedade das condições existentes nas escolas do campo, tanto a nível estrutural como pedagógico.

A compreensão de expandir a luta e suas reivindicações para o ensino superior é o desafio que, de certa forma, irá proporcionar à efetivação dos princípios da Educação do Campo e, conseqüentemente, alimentar as lutas pela conquista da mesma, uma vez que formando educadorxs em cursos de Licenciatura em Educação do Campo<sup>5</sup>, estxs emplacariam o projeto de Educação do Campo nos territórios de moradia.

Apesar do recente movimento de construção do conceito de Educação do Campo, Caldart (2008) afirma ser possível identificar questões importantes nessa discussão conceitual. Assim, a Educação do Campo não é negatividade: a denúncia não é espera passiva, mas se combina com positividade que se alicerça em práticas e propostas concretas do que fazer e como fazer e, por último, a educação do campo é superação: projeção de outra concepção de campo.

A educação do campo traz, então, desde sua materialidade de origem, três grandes desafios: o primeiro deles é assegurar o direito ao acesso

---

<sup>5</sup> Sou fruto deste processo. Ingressei na primeira turma de Educação do Campo do Brasil. Minha turma foi o projeto piloto para que as universidades construíssem os projetos de implantação, isso em 2007. Logo depois, as Licenciaturas viram política pública e, praticamente, todas as universidades federais e algumas estaduais oferecem vagas para formação de professores do campo. Atualmente, professora de um território camponês discuto as limitações do princípio da diversidade, na perspectiva de avançar com o debate de gênero e sexualidade e, assim fortalecer o princípio da diversidade nas discussões da Educação do Campo.

dos camponeses ao conhecimento, como instrumento político fundamental para a ruptura da sua histórica condição de subordinação frente ao capital. O segundo desafio diz respeito ao direito à diferença. Que os novos sujeitos políticos camponeses que emergiram das novas lutas surgidas neste final/início de século – da questão agrária, do debate sobre um novo modelo de agricultura articulada com a questão ambiental – sejam reconhecidas pelas suas práticas e pelo acúmulo de conhecimento construído no âmbito de suas organizações e movimentos sociais, e identificados nas políticas públicas educacionais como portadores de tal patrimônio cultural (SANTOS, 2009. p.38)

Os desafios identificados pela Educação do Campo são destrinchados em princípios que orientam a prática reivindicatória por direitos e auxiliam a luta dos sujeitos na construção de relações igualitárias. Sendo assim, o princípio da Diversidade reconhece os coletivos e sujeitos existentes no campo, com suas marcas e identidades. No entanto, nos parece que os discursos em torno da diversidade construída no âmbito da Educação do Campo se desdobram em reconhecer a multiplicidade dos povos que compõem este campo e pouco com a produção da diferença e os agenciamentos que estas diferenças produzem lugares de inferioridade, abjeção e desumanidade, principalmente no campo da sexualidade.

No Dicionário da Educação do Campo, ao definir e dialogar com o conceito de diversidade, Arroyo aponta que os sujeitos do campo com as suas identidades de gênero, raça, etnia e quanto à condição social de trabalhadorxs do campo foram posicionadxs como inexistentes, segregados e inferiorizados como sujeitos da história.

Nessa perspectiva, a nossa investigação interroga e problematiza o princípio da Diversidade e a Educação do Campo sobre as profundas relações de desigualdade existentes neste território, principalmente quando estas estão associadas à construção do gênero e da sexualidade. Os verbos interrogar (o que o campo tem a nos dizer sobre os modos de produzir a diferença?) e problematizar (quais corpos são passíveis de atingir o status de humanidade e sujeito de políticas?) são priorizados aqui, não no sentido de retaliação, mas como estratégia de (des)obediência para construir COM a Educação do Campo micro políticas horizontais e contra hegemônicas que sejam capazes de desconstruir produções (arbitrárias) de masculinidades e feminilidades.

Nesse sentido, o projeto de Campo proposto pela Educação do Campo, além de muitas demandas que nascem com a gênese da luta que é a reforma agrária, desafia desconstruir e romper com as relações de gênero baseadas no binarismo e na

heteronormatividade que massacram as vidas tornando-as corpos invisíveis e desumanizados.

Dornelles (2013) fundamenta tal preposição quando aponta:

[...] questionar as normas regulatórias do gênero é uma possibilidade de tensionar a materialidade dos corpos, bem como a ilegitimidade e a inexistência política de outros nesse espaço institucional, oficialmente eleito como fundamental para a formação cidadã e para a vida em sociedade (DORNELLES, 2013, p.137).

A discussão dentro da Educação do Campo sobre gênero aponta as categorias homem e mulher enquanto sujeitos socialmente construídos do ponto de vista histórico e, a partir delas, tencionam as relações sociais desiguais. Entretanto, o caráter fundacional do gênero binário anterior ao sujeito e assumindo a radicalidade social dos corpos apontamos limites para o trato binário do gênero como produção social igualitária. Ao considerar apenas duas formas de produção do gênero, o binarismo e a heteronormatividade são reforçados e legitimados como formas próprias e verdadeiras de constituição generificada dos corpos e da sexualidade. Conforme Guacira Louro que opera os mecanismos de constituição da heteronormatividade a partir do gênero binário, aponta:

...desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, tornando evidente a heteronormatividade, demonstrando o quanto é necessária a constante reinteração das normas sociais regulatórias a fim de garantir a identidade sexual legitimada. (LOURO, 2004, p.49)

A autora destaca, ainda que os processos que regulam a vida dos sujeitos são históricos e ganham novas roupagens em determinados momentos. Vale salientar que o(s) silêncio(s) também são discursos que se constituem na produção da verdade, do que pode ou não ser dito e acionado como política dos corpos. Paraíso (2012), citando Foucault (2000), aponta “a verdade é uma invenção, uma criação. Não existe a ‘verdade’ mas, sim, ‘regimes de verdade’, isto é, discursos que funcionam na sociedade como verdadeiros” (PARAÍSO 2012).

A hegemonia dos discursos heteronormativos no campo é predominante e as produções (quase) que em sua totalidade se limitam em discutir homem e mulher em uma lógica binária, com isso agrava a compreensão, aceitação e respeito de que existem outras formas de constituir-se, a partir do gênero e do desejo, para além dos referentes hegemônicos binários homem e mulher heterossexuais. A narrativa feita por Juliano

Marques, coparticipante da pesquisa, marca de forma contundente como acontece a produção dos corpos na lógica binária:

Porque eles só vão achar normal, se começarem a presenciar uma demonstração de carinho, um beijo, um pegar na mão, entendeu? Até eu que sou gay, quando era criança achava que aquilo não era normal, porque eu não via ninguém falando sobre isso, porque eu nunca vi um homem demonstrando carinho para outro homem, como eu ia saber que o que eu sentia era normal. Porque a sociedade ficava colocando na minha cabeça que não era certo. (MARQUES, 17/03/19).

Silenciar a voz do oprimido é uma estratégia do discurso hegemônico que vai mobilizando regimes de verdades, como apontado por Foucault (2000) e Paraíso (2012), e nos arranjos atravessados pela diferença vai naturalizando e inferiorizando alguns corpos, assim garante que estes sujeitos sejam constituídos pela voz do opressor, ou seja, de quem os odeia e ao mesmo tempo cria espaços de abjeção que vão se alicerçando na estrutura opressora.

O relato de Juliano Marques (17/03/19) traz potente argumento (dos silêncios) que atravessou sua infância, o sentimento de anormalidade. Porque uma criança aciona o conceito de anormalidade para avaliar a sua constituição humana? Butler (2017), em seus estudos sobre identidade de gênero argumenta “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2017, p. 42). Para a autora gêneros inteligíveis “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática social e desejo” (BUTLER, 2017, p.43). O enunciado se dá nas tramas do gênero binário, a medida que o desejo do interlocutor não está alinhado ao sexo, o gênero passa a operar como marcador da condição de anormalidade.

## 1.1 As produções no campo da Educação do Campo

O que as produções acadêmicas da Educação do Campo têm a nos dizer sobre os modos de produzir a diferença, sobretudo às instituídas a partir do gênero e da sexualidade? Com a dúvida epistemológica e política sobre estas produções dediquei-me a buscar compreender quais são as produções acadêmicas sobre sexualidade, gênero, diversidade sexual e homossexualidade produzidas no âmbito da Educação do Campo. Para isso, realizei uma busca nas plataformas CAPES, SCIELO e GOOGLE.

O respectivo levantamento<sup>6</sup> comprova a (quase) inexistência de artigos, monografias, dissertações e teses sobre sexualidade/homossexualidade no campo, constituídas a partir dos Paradigmas da Educação do Campo. Ao articular os marcadores gênero, sexualidade e Educação do Campo muitos textos são apresentados com recortes regionais, mas que não se constituem como produções desta área de conhecimento. Apesar das importantes produções científicas na Educação do Campo, as relacionadas aos sujeitos dissidentes das normas de gênero são (quase que totalmente) silenciadas nas produções acadêmicas.

Outra busca de igual importância foi feita sobre os eventos realizados pela Educação do Campo, a nível de estado e nacional. Segue tabela a baixo com alguns encontros realizados a partir de 2015, cabe ressaltar que, somente alguns eventos foram destacados, embora muitos outros tenham sido realizados:

<b>Evento</b>	<b>Instituição promotora</b>	<b>Mês e ano</b>	<b>Eixo de discussão e/ou GT sobre gênero, Sexualidade e Educação do Campo</b>
<b>II Seminário Internacional de Educação do Campo</b>	Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Setembro de 2015	Eixo de discussão: Educação e Diversidade no/do campo

<sup>6</sup> Foram feitas três pesquisas em momentos distintos, em plataformas acadêmicas com tais marcadores, bem como, sobre os eventos realizados pela Educação do Campo. A primeira aconteceu em 13/07/2018, a segunda dois dias depois e a terceira no dia 21/07.

<b>5º Seminário nacional das licenciaturas em Educação do Campo</b>	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO)	Dezembro de 2015	Não constituiu
<b>IV Encontro de pesquisas e práticas em Educação do Campo da Paraíba</b>	Universidade Federal da Paraíba	Junho de 2017	Não constituiu
<b>II Seminário estadual de Educação do Campo e pesquisa do PPGEN – UESB</b>	Universidade Estadual do sudoeste da Bahia	Outubro de 2018	Não constituiu
<b>II Encontro baiano de Educação do Campo: ataques do conservadorismo e práticas contra hegemônicas</b>	Universidade estadual da Bahia	Agosto de 2018	Não constituiu
<b>20 anos do Pronera</b>	Fórum nacional de Educação do Campo	Junho de 2018	Constituiu um GT com o tema: gênero e Educação infantil

Foram pesquisados os anais de todos os eventos destacados na tabela. Encontramos, majoritariamente, temas como: práticas emancipatórias, agroecologia, formação de professores, educação ambiental, expansão do ensino superior, reforma agrária, formação continuada, educação de jovens e adultos, turmas multisseriadas e muitos outros, no entanto, apenas dois eventos trazem as temáticas que se aproximam do objetivo da nossa pesquisa, um com o eixo de discussão Educação do Campo e diversidade e o outro com um grupo de trabalho intitulado: gênero e Educação infantil.

Diante deste quadro acadêmico, é possível afirmar a restrita produção acadêmica que articule gênero e/ou sexualidade no contexto da Educação do Campo. Estes dados apontam para (quase) inexistência de sujeitos que não se enquadram aos padrões heteronormativos no campo como sujeitos de direito de estar e permanecer neste campo apresentados como prioridade dentro das lutas da Educação do Campo. Assim, entendo que o debate sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual, deve “sair definitivamente do armário” da Educação do Campo, pois os sujeitos atravessados por estes marcadores sociais são sujeitos do campo, mas não estão inseridos, completamente, nas bandeiras de luta da Educação do Campo e, tampouco, estão sendo considerados como corpos dignos, humanos e vivíveis, constituindo-se como o extremo da minoria social pela abjeção no território do campo.

Isto se dá também porque, ao se discutir gênero, o debate da Educação do Campo ainda traz um pensamento restrito, em que mobiliza apenas as categorias homem e mulher e desconsidera diferentes possibilidades quanto aos corpos e toda a diversidade sexual que existe nos territórios rurais. Arroyo (2012), ao discutir o princípio da Diversidade exposto no Dicionário da Educação do Campo, aponta a importância de se reconhecer a diversidade de sujeitos existentes no campo e, enfatiza que tal reconhecimento enriquece o projeto de Educação do Campo. Aponta ainda que, para outros sujeitos, novas pedagogias.

## **1.2 Nordeste e o recorte regional**

Como pensar a produção dos gêneros em espaços-tempos sem levar em conta contextos específicos? Pode-se pensar em uma especificidade das normas de gênero no contexto nordestino e catingueiro diferenciada de outras partes do território brasileiro? As perguntas ao mesmo tempo em que produzem respostas, fabricam outras, ora recua, ora avança. Na tentativa de des(a)fiar as “cercas” que, arbitrariamente, segregam corpos em territórios regionais, direcionamos o nosso olhar para São Gabriel, que evoca todas as tramas da abjeção presentes em um cenário maior, no entanto como se trata de um espaço nordestino/catingueiro traz, sem dúvida, uma versão muito mais conservadora, autoritária e violenta de regulação dos corpos – instituindo o que é ser mulher e homem.

É notório que a forma como cada sujeito exerce sua sexualidade vem carregada de privilégios ou negações, sobretudo nas áreas rurais, uma vez que há um

conservadorismo<sup>7</sup> construído no tradicionalismo relacionado à manutenção de uma heterossexualidade muito mais latente do que em qualquer outro espaço geográfico. As configurações que operam no território nordestino/catingueiro partem de construções regionalizadas de produzir os sujeitos, como aponta Dorneles:

...a regionalidade indica, repete e retoma o plano normativo que elege e concebe um destino espacial e essencial na produção dos sujeitos regionais. Nessa linha tática se produzem, por exemplo, posições econômicas, raciais, geracionais e generificadas apresentadas como hegemônias e vinculadas ao sujeito regional, o qual só se torna possível e reconhecível à medida que encarna os atributos naturalizados tomados como próprios do espaço. (DORNELES, 2013, p.144).

Considerando o nordeste/caatinga como espaço de produção regionalizada, as normas de gênero se organizam de um modo distinto no contexto do campo e constituem os corpos camponeses de forma brutal, no qual silenciam, dilaceram e, muitas vezes, expulsam os que não se enquadram nestas normas, a partir de posições hegemônicas, como afirma Dornelles (2013).

Albuquerque Junior (2013) faz uma análise sobre a invenção nordestina que produz um território, “O tipo regional nordestino não existia até as primeiras décadas do século XX. Surgiu quase ao mesmo tempo em que o recorte regional Nordeste, ou seja, em torno da segunda metade da década de 1910” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 137).

No início do século XX acontece um processo que Albuquerque Junior (2013) vai chamar de desvirilização, ou seja, é o declínio de um modelo de masculinidade pregada pelo conservadorismo patriarcal que aos poucos vai enfraquecendo, assim o velho patriarcalismo começa a sofrer abalos com reflexos no comportamento masculino, à medida que as mulheres vão ocupando espaços relativos ao trabalho, a liberdade sexual e de expressão.

As referências de masculinidade e dominação pelo homem precisavam ser mantidas e reforçadas, o movimento de ocupação dos espaços externos pelas mulheres ameaçava esse padrão de masculinidade. Desta forma, nasce um movimento arraigado de elementos contextuais regionais cujo objetivo (um dos) é reforçar tal padrão. O conceito de Nordeste utilizado para demarcar uma região foi criado e inicialmente usado, a partir das duas primeiras

---

<sup>7</sup> Ver NORDESTINO: invenção do falo de ALBUQUERQUE JÚNIOR (2013)

décadas do século XX como uma demanda da elite agrária, com a intencionalidade de captar recursos públicos, como ilustra Albuquerque Junior (2013).

As articulações regionais das oligarquias que viviam das atividades agrícolas do açúcar e do algodão que argumentaram contra o estado sobre a política fiscal e de investimento que vinham favorecendo o sul com a produção do café. Esse grupo começou a fazer uso do termo nordestino para reivindicar junto ao poder público, utilizando-se, ainda, do discurso da seca, foi descoberto o potencial político e econômico deste tema que a ideia de nordeste começa a ser gestada. Assim, o nordeste é então inventado como espaço regional. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p.14).

Uma vez criado um espaço geográfico, nasce à necessidade de criar os elementos referencias desse povo, ou seja, a caricatura do povo nordestino foi criada e pensada por um grupo de intelectuais:

O movimento regionalista e tradicionalista encabeçado por Freire no início da década de 20 funda o Centro regionalista do Nordeste, órgão fundado por políticos e intelectuais pernambucanos com a função de pensar um eixo cultural que norteasse os “novos nordestinos” e definir o que seria o Nordeste (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p.18).

Assim, o conceito de regionalismo passa a ser apresentado como uma nova forma de pensar a realidade nacional com formas próprias de produzir cultura e arte no “recente” território nordestino. O respectivo movimento tem como foco traçar e fixar um perfil dos moradores da região, dar a eles personalidade, fisionomia e comportamento.

Para legitimar a caricatura relacionada à macheza dos habitantes do Nordeste foi formulando uma série de produções no campo literário, artístico, práticas discursivas para construir a identidade da figura nordestina, no qual os traços femininos e afeminados são nivelados, em que as mulheres passam a ser definidas como “mulher-macho” e os masculinos afeminados são tratados com fortificantes<sup>8</sup>, pois tal comportamento era sinal de fraqueza e doença.

Com o recorte regional nordestino, tal concepção surge, não só para designar uma região, mas também para qualificar práticas, discursos e comportamentos. Dornelles (2013) levanta a seguinte questão em torno do que a autora define como gênero-regional: “como a regionalidade (re)conduz o funcionamento heteronormativo produtor de uma sexualidade naturalizada como ‘predadora’ para os meninos e, supostamente, passiva e violável para as meninas?”(2013, p.143).

---

<sup>8</sup> Ação empreendida por Monteiro Lobato, por meio de propagandas e discursos que traziam a caricatura do jeca amarelado que precisava consumir fortificantes para tornar-se forte e viril.

Tanto Dornelles, como Albuquerque Junior evidenciam que a regionalidade produz os sujeitos, nesse sentido o município de São Gabriel/BA, promove práticas hegemônicas, sobretudo relacionadas à sexualidade. A comunidade gabrielense ao reproduzir tais práticas constroem uma verdadeira “ponte de expulsão” a ser trilhada por estes sujeitos quando não os aceitam, quando os rejeitam, quando os tratam como doentes, quando os submetem a situações constrangedoras. Aqui, estamos falando de ações empreendidas pelas famílias, instituições e comunidade comportamentos que estão alicerçadas em uma estrutura heteronormativa rígida.

Maia (nome social), 18 anos, mulher trans relata que o seu maior sonho é poder sair do território gabrielense. Já chegou à beira da depressão por não conseguir compreender as fortes violências que recaem sobre seu corpo. A mesma, aponta sua família como a maior geradora destas violências. Ao ser questionada se em algum momento pensou em migrar de São Gabriel para outra cidade, ela é incisiva na resposta:

Sempre. Foi sempre esse meu maior sonho. É tanto que eu já cheguei a ter depressão por conta da pressão que eu sofro. Pra falar a verdade o preconceito que vem da rua eu tolero, mas o preconceito maior é dentro da minha própria família. Se uma pessoa da sociedade chegar para mim e me chamar de geizinho, traveco, bixa sabe, essas coisas assim, não vai mudar nada na minha vida, mas chegar em casa e meu pai falar que não gosta de mim porque eu sou assim, meu chão desaba. Então por conta disso eu sempre, sempre, sempre tive vontade de ir embora, só estou esperando fazer a prova do ENEM que com fé em Deus eu vou passar e eu saio daqui”. (MAIA, 18/07/2018)

Ao ser provocada se em outra cidade longe dos familiares ela teria maior possibilidade de vivenciar a sua orientação sexual, ela responde:

Eu acredito que serei mais aceita pela sociedade. Aqui por ser uma cidade pequena a maioria das pessoas vivem para cuidar da vida dos outros, lá fora as pessoas não têm tempo pra isso, são mais reservados. Ano passado quando fiz 18 anos eu tentei ir embora, aí minha mãe não deixou e ameaçou tocar fogo no ônibus, é mais preocupação dela, meio de proteção. (MAIA, 18/07/2018)

A expulsão do corpo trans de Maia do território em que viveu as experiências de sua infância e da adolescência é questão de tempo. A ponte a ser trilhada de São Gabriel para qualquer outra cidade que a acolha com menos abominação e desprezo está pronta e foi construída pela sociedade camponesa gabrielense, sobretudo por aquelas pessoas que deveriam acolhê-la, sua família.

## **2. Gênero, sexualidade e a produção dos corpos no campo catiingueiro: caminhos (in)viáveis e (in)vivíveis**

Quando eu falei para minha mãe que era bissexual, eu conversei com ela e disse: - mãe, a senhora tem noção de quantas pessoas vão embora daqui por causa disso? Que os pais sabem e não querem aceitar e que até preferem que saiam? (GABRIELA, 23/07/2018).

A fala de Gabriela é o reflexo da não permanência dos corpos não heterossexuais em território gabrielense. A inviabilidade desses sujeitos em São Gabriel é reflexo de uma política hegemônica de poder, no qual elegeu o modelo binário, a heterossexualidade, enquanto padrão que gerencia a vida e os corpos dos sujeitos. Guacira (2004) representa a visão sequencial relacionada ao sexo-gênero-sexualidade, “ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou como fêmea”. (LOURO, 2004, p. 80).

Em contraposição a esta linearidade, destacamos que as categorias, tanto de homem, como de mulher são insuficientes para pensar a diversidade dos corpos e suas experiências no âmbito do gênero e da sexualidade. Tal oposição posta entre o masculino e o feminino no âmbito do gênero não se sustenta e, ainda, limita as produções dos corpos em torno das diversidades.

As reflexões travadas pelas feministas da segunda onda, no qual apontaram as construções sociais que foram sendo feitas por meio de relações de poder para se definir lugares, espaços, atividades específicas para os sujeitos tendo como principal referência o sexo, a partir da década de 1980, são deslocadas e faz envergaduras políticas para se pensar, uma outra oposição, um outro binário, o da heterossexualidade X homossexualidade, e os (des) privilégios que cada um carrega.

Butler, em seu livro Problemas de Gênero, aponta os direitos que um binário (hétero) tem sobre o outro (homo). A heteronormatividade padroniza um modelo de masculinidade e de feminilidade que se inscrevem em comportamentos para homens e mulheres, respectivamente. Assim a sexualidade considerada “normal” é posicionada como aquela praticada por homens e mulheres amalgamada à capacidade reprodutiva e

o que escapa a este padrão assume um caráter de não humano. O caráter de desumanidade designado aos sujeitos que transgridem as normas opera nas relações de poder e negação de direitos, uma vez que o gênero é produzido como oposto complementar, como exemplo, pode-se destacar que em diversas passagens das entrevistas os coparticipantes apontaram o constrangimento e medo de frequentar espaços públicos acompanhados de alguém, medo não só de ofensas, bem como de violência física.

Para nos ajudar a pensar como o sistema sexo/gênero se articularam vou me permitir trazer duas citações demoradas de teóricas feministas que são centrais para esta pesquisa:

[...] Por um lado, Simone de Beauvoir sugere, em *O segundo sexo*, que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um congênero que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo em princípio, assumir algum outro. É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que alguém “se torna” mulher, mas sempre por uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. (BUTLER, 2017 p. 29)

Butler em diálogo com Beauvoir relaciona as categorias de sexo e gênero, explicando como estas foram/são operadas de modo articulado produzindo um referente (in)inteligível e (im)possível para os corpos. Butler destaca como esta “máxima” heteronormativa precisa ser tensionada se considerarmos a radicalidade do sujeito cultural e social.

Os sistemas e regimes que foram validados historicamente elegeram o sexo como elemento norteador e definidor de ocupação de espaços e desejos. No qual a um binário (mulher) foi relegado um espaço de desvalorização e que tanto suas atividades, como seus corpos estão interpelados por subjugações. Ao outro binário (e não “o outro do” binário), ao homem está reservado à partilha do público, o privilégio da construção do conhecimento, o sujeito norteador do sistema patriarcal, ou seja, ele é a regra, o referente geral.

O sistema sexo/gênero é um sistema de escrita. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, no qual

certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros ficam sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve-se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014 p.24)

A abordagem de Preciado converge com a construção compulsória da heterossexualidade que se alicerça na essencialização do alinhamento entre sexo, gênero e desejo: a determinação do sexo biológico definiria a apresentação social de um corpo masculino ou um corpo feminino, os quais apresentariam expressões de gênero distintas e opostas. Esta oposição do gênero a partir do sexo binário é acionada no campo do desejo determinando o desejo pelo sexo oposto, operando a naturalização da heterossexualidade.

Neste contexto, reconhecemos que os discursos regulatórios vão produzindo formas de existência que dão materialidade às práticas sociais. Os estudos queer apontam que as normas regulatórias que modelam a sociedade precisam de forma insistente e constante agir sobre os corpos, por meio de discursos, citações e ações para que possam surtir efeito.

Cabe destacar que, um exemplo que pode ser citado para ilustrar tal situação são as normas de gênero constitui o sexo biológico como referência, não só para performatizar o gênero feminino e o gênero masculino, como também para desconsiderar outras práticas afetivas sexuais.

O conceito de performatividade foi circunscrito, inicialmente, na política queer, a partir das contribuições de Judith Butler. A autora aciona este conceito para denunciar que os corpos são produzidos, nomeados, construídos por meio da linguagem e, conseqüentemente, dos discursos. E, não, a partir de referentes naturalizados e evolutivos biológicos, inclusive, como se a biologia não fosse uma ciência produzida social e historicamente. Butler destaca que a performatividade de gênero evidencia o binarismo homem/mulher, homo/hetero que se constituem como produções enunciativas e repetitivas. Ao mesmo tempo em que cria uma sociedade hierarquizada, tendo a figura masculina como central, também afirma que a heterossexualidade é a prática sexual padrão a ser exercida.

No livro, “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade”, Guacira Lopes Louro, citando Laqueur, faz referência a uma passagem do pensamento que vigorou até

início do século XIX, no qual o corpo humano fazia parte de uma única estrutura. Uma estrutura que tinha como referência o corpo masculino. A mulher possuía as mesmas estruturas que um homem, as quais, por falta de calor vital, não eram desenvolvidas. Portanto, a mulher trazia em seu corpo traços de imperfeição e inferioridade (LAQUEUR, 1990, p.40).

O discurso médico-científico explica em um determinado momento histórico a existência de uma matriz única do sexo produzindo, pela diferença do calor vital e das expectativas sociais distintas, uma produção corporal feminina e outra masculina. Vale ressaltar, que os discursos que colocam a figura masculina como central na sociedade estão associados ao referente patriarcal<sup>1</sup> de modelo social.

Não só, os discursos da área médica, bem como os construídos nas diversas áreas do conhecimento são dispositivos de poder que de acordo com Foucault vão produzindo verdades, ou melhor dizendo, vão produzindo redes discursivas que constituem posições consideradas verdadeiras. Segundo o mesmo autor, a verdade está intrinsecamente relacionada com o poder. Regimes de saber constituem e são constituídos por relações de poder e vice-versa. A citação que segue ilustra bem como o poder e a produção de verdades vão se articulando e produzindo referentes para a vida em sociedade:

A verdade é deste modo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, P.12)

Considerando as produções e os estudos de gênero, principalmente, aqueles que se articulam com a produção foucaultiana, pode-se discutir e argumentar que no campo da produção dos corpos e dos sujeitos, os discursos médicos, psiquiátricos e antropológicos atuaram na promoção/produção/validação do binarismo homem/mulher. Faço o movimento intencional de apontar o papel da performatividade como estratégia/tática no plano do poder que funciona alicerçada pelos discursos que foram sendo legitimados para produzir o sujeito, a partir de um referente epistemológico e ontológico binário. No entanto, os corpos escapam as normas de gênero, e este posicionamento é usado (de forma arbitrária) para, não só, negar direitos, como também

enquadrá-los na condição de desumanidade. A humanidade desses corpos está atravessada pela lógica binária, no qual os direitos humanos não têm garantido os direitos básicos de vida, sobretudo no campo, onde a existência e permanência são duramente negados.

Para bem compreender do que estamos falando, quando falamos de gênero, recorreremos a filósofa Judith Butler que amplia a nossa discussão:

El género es el aparato a través del cual tiene lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino junto con las formas intersticiales hormonales, cromosômicas, psíquicas y performativas que el género asume... El género es el mecanismo a través del cual se producen y se naturalizan las nociones de lo masculino y lo femenino, pero el género bien podría ser el aparato a través del cual dichos términos se deconstruyen y se desnaturalizan. (BUTLER 2004, p. 70).

De acordo com Butler, gênero é um agrupamento de normas e regras sociais que se constituem alicerçadas com base no sexo para definir o homem e a mulher como expressões únicas e possíveis das leituras de mundo com relação aos corpos. Para esta autora, as normas de gênero (aquilo que age produzindo o que seria ser mulher e o que seria ser homem) constituem a materialidade dos corpos, aquilo que supostamente é natural, a partir de práticas performativas que são cotidianas e duram a vida inteira, performando o que é um corpo, o que podem ser seus comportamentos e seus desejos. Aquilo que escapa desse rol normativo é posicionado como abjeto, impossível, impensável e invisível.

Outro autor que convidamos participar da nossa reflexão sobre gênero é Paul Preciado que em seu livro - Testo Yonqui, problematiza as normas de gênero que reforça e amplia a envergadura que Butler faz ao (re) dimensionar o binarismo para além das categorias homem/mulher. Preciado indica que outros binarismos se constituem nesta trama das normas como o par hétero/homo.

Por ello prefiere el término género al término mujeres, y el término tecnología al de opresión de mujeres, verá De Lauretis, exorcizando el fantasma de la mujer-víctima y del hombre-opresor, el funcionamiento de un conjunto de tecnologías de género que si bien operan de modo heterogénero sobre los hombres y las mujeres, producen no solo diferencias de género (hombre/mujer), sino también diferencias sexuales (homo/hétero, perverso, sado/maso...). (PRECIADO, 2008, p. 84)

Preciado sugere que as <sup>9</sup>tecnologias de gênero são instrumentos e formas que insurgem mediante práticas sociais e que se revestem como formas de opressão dos corpos e, conseqüentemente, das suas possibilidades no campo da experiência e subjetivação com os referentes de desejo. Tais tecnologias de gênero abordadas pelo autor interagem quanto à forma que recai e estrutura o pensamento social, ou seja, as normas de gênero.

Eficaz tecnologia de gênero que constitui, instrumentaliza e organiza a heteronormatividade é a homofobia. A necessidade de se fazer uma análise política sobre a homofobia é compreender como a sociedade e as práticas sociais enquadradas como normais e legitimadas por regras sociais e direitos institucionais se (re) organizam dentro dos grupos sociais, ao mesmo tempo em que precisam evidenciar quem está em uma zona de abjeção, de impossibilidades e de aberração como mecanismo constituidor. Assim, vão criando diferentes mecanismos que evidenciam este lugar, que constituem o referente normativo heterossexual, a partir do silenciamento e da anulação (mortificação, inclusive) dos que não se encontram nesses padrões.

São Gabriel está conectada com essa política de anulação e silenciamento dos sujeitos que fogem às normas de gênero e que se colocam publicamente como sujeitos não heterossexuais. A produção destas normas de gênero está cotidianamente se constituindo e arraigada no pensamento camponês. Os efeitos desta trama de saber-poder recaem sobre os corpos não heterossexuais de forma incisiva. Podemos identificar a partir das falas dos sujeitos da pesquisa como estas refletem em práticas que para heterossexuais são comuns e aceitáveis:

Quando meus amigos começaram a falar sobre “pegar mulher” e sobre pornografia, eu fui percebendo que aquilo não me afetava, e depois de um tempo eu fui percebendo que eu tinha certa queda “crush” por alguns amigos, mas como eles sempre faziam piadas com a sexualidade alheia eu nunca parei pra me assumir”. (EDMO, 20/07/2018).

Eu percebi quando eu comecei a me relacionar com amigas de pessoas que ficavam com o mesmo sexo. Foi no mesmo tempo que eu conheci o feminismo. As minhas primas não queriam mais ficar perto de mim. Eu questionava com elas se elas sentiam atração pelos primos? Por todos os homens? Elas não entenderam a minha opção. Isso começou com uns 13 anos. Com o passar do tempo meu desejo foi mudando, parei de usar maquiagem e cortei o cabelo. Fizem um

---

<sup>9</sup> De acordo com Preciado, as tecnologias de gênero operam sobre os homens e as mulheres produzindo, socialmente, diferenças de gênero, sempre de forma precária e instável.

comentário que se eu cortasse o cabelo iria ficar parecendo um sapatão. Falavam que eu era tão linda de cabelo grande” (GABRIELA, 23/07/2018).

Como eu falei, desde os seis anos de idade eu já brincava de boneca, botava pano na cabeça. Mãe me brigada direto pq eu só queria brincar de boneca com minha irmãzinha e com o passar do tempo brincava de cozinha, não que brincar de cozinha seja coisa só de mulher, mas eu sempre me sentia mais a vontade com essas brincadeiras. Aí fui crescendo e as pessoas foram notando essa diferença. (MAIA, 18/07/2018).

Durante minha infância eu não gosta de jogar bola. Na escola a mesma coisa, por não gostar de praticar esportes ficavam me chamando de vários nomes. (MATEUS, 16/07/2018).

Os relatos se configuram enquanto construção social dos padrões de feminilidade e masculinidade que vão sendo definidos desde comportamentos, gostos, disposições até a performance corporal pública. Meninos que não gostam de futebol e brincam de bonecas, meninas que usam cabelo curto e não se depilam, adolescentes que não podem falar sobre desejos com amigos. Quando suas expressões de gênero vão de encontro ao esperado, com autorização social, discursos naturalizados que evidenciam as normas de gênero produzem condições de possibilidade para ações violentas, no âmbito físico, verbal que são produzidos nos mais variados grupos sociais que estes sujeitos estão inseridos no contexto camponês.

A (s) violência (s) é um instrumento de ação da homofobia que pode revestir-se tanto de hostilização, piadas, situações constrangedoras diversas, como pode-se apresentar de forma brutal e de extrema violência física. As formas que sustentam a superioridade sexual de um grupo sobre outro se rearranjam associadas ao comportamento de ódio, de impossibilidade e de produção da mortificação daquelas expressões abjetas. Assim, produzindo uma ordem heterossexual que vão expulsando do seu território um a um por não se enquadrarem em tais padrões.

A pesquisa em questão lança um questionamento para xs coparticipantes da pesquisa sobre as possíveis possibilidades destes corpos permanecerem em território camponês na caatinga baiana. Ao serem questionadxs se já sentiram vontade de migrar devido a sua sexualidade, a resposta é direta:

“Haha eu migrei por isso. Hoje vivo em São Paulo”. (EDMO, 20/07/2018);

“Já, já senti muita vontade, pq mesmo tendo o apoio da minha mãe, eles ainda tentam me colocar limites, assim: vc não pode ficar na frente de tias e avós. Eu tive muita sorte por que no momento em que

eu estava me descobrindo me aproximei de pessoas que estavam nesse mesmo processo, pq se não fosse isso eu sentiria muito mais vontade ainda. De migrar e de permanecer lá”. (GABRIELA, 23/07/2018).

Sempre. Foi sempre esse meu maior sonho. É tanto que eu já cheguei a ter depressão por conta da pressão que eu sofro.

Pra falar a verdade o preconceito que vem da rua eu tolero, mas o preconceito maior é dentro da minha própria família. Se uma pessoa da sociedade chegar p mim e me chamar de geizinho, traveco, bixa sabe, essas coisas assim não vai mudar nada na minha vida, mas chegar em casa e meu pai falar que não gosta de mim porque eu sou assim, meu chão desaba. Então por conta disso eu sempre, sempre, sempre tive vontade de ir embora, só estou esperando fazer a prova do ENEM que com fé em Deus eu vou passar e saí daqui. (MAIA, 18/07/2018).

Em certos momentos eu penso em saí sim. (MATEUS, 16/07/2018).

Por que o desejo de migrar de sua terá natal está tão presente entre os sujeitos não heterossexuais de São Gabriel? Ora, não se trata, apenas, de desejos sexuais, aqui, estamos tratando de vidas que estão sendo anuladas, silenciadas, boicotadas e mutiladas em sua existência. Aqui, estamos tratando de sujeitos que vivenciam um sistema de segregação social devido a sua orientação sexual, segregação esta que é produzida, tanto fora como dentro de casa.

Ao ser questionada sobre possíveis diálogos com sua família, a cerca de sua sexualidade, Maia destaca: “... Não tem diálogo, a gente evita, por que para eles é uma doença. Eu tomo remédio para dormir. Antes eu tomava três remédios. Minha família me levou ao psiquiatra e ele passou três remédios, por que eles acham que isso é doença”. Diante de tal relato, podemos perceber, tranquilamente, o forte desejo de Maia querer migrar de São Gabriel. Segundo Bento (2017) “o discurso homofóbico pode ser definido como um esforço permanente do sistema em excluir da categoria humano qualquer prática que fuja dos imperativos da heterossexualidade”. Assim, a homofobia tem um papel crucial no processo social que foi produzindo corpos abjetos que expulsa os sujeitos do seu território.

A homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal (Borillo, 2010, p.15). A respectiva denominação define um comportamento em que enquadra quem foge a norma social de bizarros, no entanto a homofobia é uma representação social que está atrelada a um sistema maior de segregação, o heterossexismo. Ambos alicerçados na sociedade funcionam como elementos estruturantes que define quem é socialmente aceito e quem não é e

reverberam, tanto na sociedade que reproduz a negação de sua existência, como no estado que reproduz a negação dos seus direitos.

O direito de estabelecer relações homoafetivas é político, muito embora deveria ser encarado como algo, absolutamente normal, assim como as relações heterossexuais, sem a necessidade de ser vista como fora do padrão. É político porque os sujeitos não alinhados as normas de gênero precisam lutar, conquistar algo que os heterossexuais vivenciam tranquilamente. Segundo Borrillo,

Quer se trate de uma escolha de vida sexual, quer se trate de uma característica estrutural do desejo erótico por pessoas do mesmo sexo, a homossexualidade deve ser considerada tão legítima quanto a heterossexualidade. De fato, ela não é mais que a simples manifestação do pluralismo sexual, uma variante constante e regular da sexualidade humana. Na condição de atos consentidos entre adultos, os comportamentos homoeróticos devem ser protegidos como qualquer outra manifestação da vida privada. (BORILLO, 2010, p. 16)

Borrillo lucida bem o desejo de sujeitos não heterossexuais, do ponto de vista da naturalidade e legitimidade que esses sujeitos têm enquanto cidadãos de direitos, tal qual os heterossexuais, no entanto o investimento do desejo nas relações não heterossexuais são invadidas de preconceitos homofóbicos. Mais uma vez recorreremos às falas dos sujeitos da pesquisa para ilustrar o abismo de segregação existente em tais práticas:

Uma vez eu ganhei de um moço uns anéis de artesanato, ai eu fui dar pra meus amigos e um deles me deu um beijo na boca de agradecimento, só que a gente estava passando na frente de um bar nessa hora e tinham uns homens vendo jogo e bebendo cerveja, os olhares estranhos começaram, a gente correu de medo e nem olhou pra traz. (EDMO, 20/07/2018).

Meu amigo ficou com um rapaz e eu fiquei com uma menina e assim, tinha outras pessoas que estavam ficando, só que era menino com menina e menina com menino e teve um rapaz que disse - como assim o que tá acontecendo? Que absurdo? Deixa pra fazer isso em casa. (GABRIELA, 23/07/2018)

As pessoas me procuram muito, mas antes eu peço para olharem o meu perfil e vê quem eu sou e depois a gente conversa, a maioria diz que não tem problema com isso e dizem que está muito afim de fazer sexo, ou seja as pessoas acham que só pelo fato de ser trans tratam a gente como um objeto e que está disponível para eles e só sexo e pronto. Que a gente é só isso. (MAIA, 18/07/2018).

Podemos levantar várias questões diante dos relatos, o contato físico entre sujeitos não heterossexuais é motivo de constrangimento para quem vê. Ora, mas se essa prática entre casais heterossexuais é naturalizada, o mesmo direito entre os não

heterossexuais, igualmente, deveria ser natural, no entanto o que ocorre é uma verdadeira repulsa social. Repulsa esta que provoca uma atmosfera de medo em casais que não seguem as normas heteronormativas. Um beijo gay em frente a um bar entre homens bebendo foi motivo de provocar uma saída às pressas de Edmo e seu parceiro por conta do medo, medo este alicerçado em histórias brutais e recorrentes de espancamentos a comunidade LGBTTT.

O relato de Gabriela aponta os limites em demonstrar afeto entre casais não heterossexuais em espaço público, ao ser abordada ela e sua companheira em uma festa é convocada a não explicitar carícias publicamente por incômodo a outros. O mesmo direito que os casais héteros usufruem é negado aos casais não héteros, então estamos diante de um aparato social carregado de preconceitos e homofobia que implicam diretamente no direito político desses sujeitos viverem sua sexualidade.

Os mesmos heterossexuais que criam situações constrangedoras e de medo com o beijo gay de Edmo e o beijo bissexual de Gabriela, abordam Maia para propor relação sexual, sem compromisso, objetificando seu corpo. Ao ser provocada sobre quem as procura propondo sexo, Maia é direta: “rsrsrsrs héteros, muitos héteros”.

A vulnerabilidade do corpo trans é muito maior do que qualquer outro sujeito não heterossexual, principalmente mulher trans, como é o caso de Maia, pois além de não se identificar com seu gênero de origem, ainda se aproxima do gênero desqualificado socialmente.

Diante de tais problemáticas é notório que, embora o nível de abjeção oscila de acordo com a identidade de gênero, como podemos perceber e comparar entre os relatos de uma mulher trans, um homem gay e uma mulher bissexual, podemos apontar que independente da identidade todos os sujeitos trazem fortemente nos relatos a marca da exclusão que entre os co-participantes da pesquisa provocou migração de parte destes para outros territórios e os que permanecem relatam a vontade forçada em fazê-la.

### 3. Narrativas como instrumentos de existência, resistência e re(e)existência.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes  
Que nem devia tá aqui  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência  
É roubar o pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir  
(Pablo Vittar, Majur e Emicida)

A pesquisa em questão está diretamente conectada a uma prática nacional de produzir excluídos, portanto cabe destacar, ainda que, brevemente, o cenário (necro) político que se instaurou no Brasil em uma “onda” de (extremo) conservadorismo e que vem agenciando novos (velhos) discursos e emponderando seus agentes (estes não falam sozinhos, suas falas ecoam outras vozes) a insultar, agredir e até ceivar vidas que escapam as normas, sobretudo as de gênero.

Ao tomar xs coparticipantes da pesquisa, sendo estxs atravessadxs pela orientação sexual não alinhada à norma, como produtorxs de (potentes) narrativas que denunciam diversas violências, no qual agem em um contexto heteronormativo, produzimos resistência!

A (in)existência que teima em (re)existir é uma estratégia política de enfrentamento aos discursos, atitudes, ações violentas, tanto históricas, como do atual (des)governo que alinha o conservadorismo tradicional, regressista e anacrônico ao que é público e institucional, com isso reforça discursos excludentes e violentos. A “realidade se constrói dentro de tramas discursivas que nossa pesquisa precisa mostrar” (PARAÍSO, 2012, p.28), portanto a nossa pesquisa se lança ao campo da resistência e se incorpora a tantas outras produzindo existência.

Diante do entendimento que os relatos das vivências têm caráter ético-estético e político e trazem marcas que lhes foram impressas, localizamos a pesquisa no campo da desconstrução do lugar de abjeção. Dialogamos com PocaHy (2017) quando em sua tese de doutorado aponta:

...ponderando as possibilidades e limites da pesquisa, arrisco dizer que uma das formas possíveis de contestação à norma que estabelece a heterossexualidade como referente de inteligibilidade ‘incontestável’ é feita em micromovimentos, usos e abusos de táticas que se (re)criam a partir de ‘chicotadas’ discursivas. (POCAHY, 2017, p.21).

A nossa “chicotada discursiva” como bem aponta o autor procura movimentar os discursos constituídos a partir das narrativas e das nossas filiações teóricas para questionar quais são as vidas passíveis de ascender o status de humanidade? Negado e negligenciado para os corpos que escapam as normas de gênero!

Os dez coparticipantes da pesquisa são atavessadxs por uma característica em comum: a participação em coletivos. Durante o processo da constituição dos materiais (entrevistas dialogadas) um dos motivos (talvez o principal) que levaram os coparticipantes a se dispor em construir esta pesquisa conosco foi, sem dúvida, o desejo de romper com os silêncios que constituíram suas vidas e seus corpos. No entanto, cabe destacar que todxs xs envolvidxs passaram ou estão passando por processos emancipatórios que proporcionaram/proporcionam fortalecimento de construir formas de enfrentamento aos abusos e homofobias.

Dxs dez entrevistadxs, quatro têm curso superior completo, três incompletos, três têm ensino médio e todxs afirmaram já terem participado de algum tipo de movimento social. Grupos feministas, coletivos LGBTQI, grêmios estudantis e diretórios acadêmicos são alguns dos coletivos citados pelxs coparticipantes, no qual trazem as contribuições destas participações como imprescindíveis para o fortalecimento de suas identidades.

As resistências travadas no dia a dia pelxs coparticipantes da pesquisa desenham formas de disputas de poder dentro dos núcleos que estão inseridxs. Podemos perceber, claramente na fala de Glauber, ao ser questionadx sobre quais as estratégias construídas e empreendidas no dia a dia para circular nos espaços públicos e privados, elx aponta:

Eu vivo extremamente a minha sexualidade, defendo a bandeira, eu sou eu em todos os espaços em que convivo. Eu deixo bem claro que

sou uma pessoa LGBT, eu discuto com as pessoas em relação a isso, então assim, não tenho uma estratégia bem clara de dia a dia, eu só vivo a minha sexualidade e vivo a minha vida como LGBT da forma mais plena e consciente possível, deixando claro que nos LGBTs precisamos ocupar todos os espaços da sociedade...muitos LGBTs morreram por terem dado a cara a tapa, mas precisamos dar mais a cara a tapa para sermos aceitos como a gente é (GLAUBER, 10/04/2019)

O discurso de Glauber provoca instigante reflexão em torno da disputa “ocupar todos os espaços”, significa ampliar o campo inteligível de poder, se o poder existe numa rede vasta de relações, os pontos de enfrentamentos também se apresentam como multiplicidade de resistências.

Segundo Foucault (1995), é necessário investigar as resistências, porque somente por meio delas é possível conhecer o emaranhado histórico que fundamenta o poder e sua regência sobre as vidas. O autor aborda, ainda, as resistências, no qual ocupam um papel fundamental no gerenciamento destas relações, pois é somente por meio daquilo que está à margem, que está interdito e que se coloca contra a ação do poder, é possível entender, de forma adequada, as estruturas sociais<sup>10</sup>. Ou melhor, para compreender os dispositivos de poder, é preciso, antes, observar as estratégias antagônicas que se colocam, de uma ou de outra maneira, contra o mesmo. Ou seja, Foucault sugere que devemos utilizar as resistências como ponto de partida para as investigações que pretendem esclarecer o funcionamento dos poderes. Como podemos destacar neste trecho:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Assim, as relações de poder que movimentam os processos de exclusão, se de um lado provocam segregação de vidas, do outro aciona nos sujeitos excluídos formas de combate e enfrentamento. Como sugere Foucault, as formas de resistências que

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, O sujeito e o poder, 1995. p. 233.

permeiam as experiências de vida dxs nossxs coparticipantes são, absolutamente, relevantes e é nestas que destacamos de forma central para compreender as relações antagônicas que vão provocando, interessantes, formas de produção das experiências de resistência, pois os sujeitos imbricados no processo não são (totalmente) anulados e silenciados, mas estxes emergem de situações de vulnerabilidade para questionar as estruturas históricas que marcam suas vidas. Seguem dois trechos que foram extraídos das entrevistas dxs coparticipantes expõem posturas de vida que gerenciam suas práticas:

...eu precisava mudar de vida e para isso eu precisava me sustentar, então por isso que eu vim para Brasília fazer um curso mais prático que conseguiria emprego rápido pra eu poder me sustentar, pra eu poder dizer para todas as pessoas que elas não devem se meter na minha vida porque eu sou dono de mim mesmo... E esse sustento diz que: eu sou uma pessoa LGBT, eu sou independente, eu não tenho que dar satisfação da minha vida para ninguém. (GLAUBE, 10/04/2019)

...eu acho que alguns tipos de estratégias acabam sendo muito mais cansativas. A gente acaba gastando muito tempo, muita energia em comportamentos que nos machucam, por exemplo: andar de mãos dadas e quando alguém aparece, tirar as mãos, todo gay já passou por isso. Para ser respeitado, para ser visto como cidadão, como alguém que existe na sociedade, além das estratégias de evitar o conflito têm as estratégias de encarar o conflito. De certa forma o respeito é conseguido ou pela admiração ou pelo medo. Algumas vezes as pessoas acabam achando que o homossexual ele é vulnerável, socialmente somos sim vulneráveis, muito vulneráveis, só que também não somos tão vulneráveis como as pessoas imaginam, porque tecnicamente a sociedade encara o homossexual como alguém exclusivo dentro do ciclo e não percebem que o homossexual é o médico, não percebem que o homossexual é o advogado, não tirando o mérito das pessoas que não são dessas profissões que possuem diversas outras atividades, mas socialmente essas pessoas que têm essas profissões, elas vistas com status diferente... As vezes é melhor você se impor a um homofóbico, não que seja melhor, as vezes é necessário você se impor a um homofóbico pra ele perceber que essa posição dele não é a posição que deve ser tomada e que ele poderá ter prejuízo jurídicos se continuar agindo dessa forma. Eu já fiz isso, eu já me vi na necessidade de ameaçar e dizer que ia processar, e as pessoas esquecem que têm métodos e maneiras de fazer isso. A homofobia ela tá enraizada tão inconsciente no Brasil, no nordeste que elas esquecem que podem se prejudicar em relação a isso. (STÉFANO, 14/04/2019)

Duas estratégias de enfrentamento que trazem características distintas, a primeira no aspecto econômico colocada por Glauber, em que aponta a independência financeira como principal ponto de liberdade e que o projetou a construir possibilidades de assumir a sua liberdade sexual e a segunda de Stéfano, no qual o mesmo destaca como é cansativo ficar construindo estratégias de enfrentamento a processos homofóbicos, no entanto aponta, “além das

estratégias de evitar o conflito têm as estratégias de encarar o conflito”, no qual narra situações em que precisou encarar, inclusive, com discurso jurídico um momento em que se viu envolvido em uma ação homofóbica, completando, ainda sobre a necessidade de imposição nesses casos na tentativa, ainda que seja pelo viés jurídico de respeito e liberdade de circulação nos espaços públicos e privados por pessoas não alinhadas as normas.

#### **4. Percurso metodológico**

Eu acho que é necessário a gente abordar a sexualidade, o gênero de uma forma a incorporar todos os seres humanos, isso é lindo porque ajuda a gente a ter uma perspectiva de união, de humanização de toda a população LGBT em geral, não só a população urbana, mas a população rural, a população indígena, todas as populações. (STÉFANO, 14/04/2019)

Como escolher a epistemologia teórica capaz de subverter os discursos dominantes a cerca do tema abordado? Como acolher os instrumentos/ferramentas que sustentarão esta pesquisa? Como eleger o percurso metodológico a ser trilhado? Que ao mesmo tempo em que dê conta de qualificar o debate das categorias abordadas, também lance um olhar sensível ao campo de pesquisa e ao objeto. Posturas políticas permearam, absolutamente, todas as escolhas, opções e caminhos desta pesquisa, sobretudo, as que estão relacionadas à metodologia, “as posições são teóricas, políticas e éticas interessadas” (DORNELLES, 2013, p.59).

Todas estas questões relacionadas aos caminhos da escrita e a produção dos dados, não só permearam (permeiam), como também instigaram (instigam) durante meses reflexões as nossas escolhas, portanto acolhemos a visão epistemológica pós-estruturalista, “movimento do pensamento” (PETERS, 2000, p.29) e os estudos feministas queer “um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade” (LOURO, 2004, p.7), assim estabelecer um diálogo com as produções da Educação do Campo para alimentar as abordagens travadas neste trabalho. Como aponta Marlucy Paraíso em seu texto sobre metodologias de pesquisa pós-críticas, “Ocupamos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros” (PARAYSO, 2012,p.25).

Nesse sentido, em relação à perspectiva teórico-política Pós-estruturalista aponta a indissociabilidade entre teoria e prática, entre análise e política, como “uma complexa rede de pensamento - que corporifica diferentes formas de prática crítica” (PETERS, 2000, p.29). Concatenar tais ações é sem dúvida uma proposta desafiadora e necessária, como afirma Louro, em seu artigo, Conhecer, pesquisar e escrever que tal linha de investigação filosófica não autoriza ninguém a utilizar conceitos, teorias ou procedimentos analíticos de modo descompromissado.

Aliado ao pós-estruturalismo, a respectiva pesquisa faz uso dos estudos queer para conduzir o nosso olhar de forma atenta e crítica em torno das categorias politicamente discutidas. Os discursos queer traz um tom de rebeldia, de subversão de desconstruir o lugar da abjeção, de denunciar os discursos de ódio, de questionar a lógica binária, a heteronormatividade “um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p.8), ou seja, denuncia quais são as vidas que não importam.

Apontamos três principais categorias de análise como centrais para este trabalho: Sexualidade, Gênero e Educação do Campo e categorias complementares ou subcategorias. Para tanto, os autores que fundamentam teoricamente esta abordagem são Judith Butler, Beatriz Preciado, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Miguel Arroyo entre outros.

Dialogando com a escolha epistemológica, optamos pela modalidade de pesquisa qualitativa. Observar, analisar, compreender são ações que convergem com a pesquisa qualitativa para o aprofundamento da compreensão do grupo social pesquisado “Nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento” (FLICK, 2009, p.23). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Associada a pesquisa qualitativa, acolhemos a entrevista, enquanto instrumento viável para a produção de dados, pois acreditamos que aliada à pesquisa qualitativa e aos estudos pós-estruturalistas, bem como os queer teremos condições de conversar sobre as experiências dxs coparticipantes, proporcionando a reflexão, a partir de narrativas. Conforme Lopes de Oliveira (2006, 2003) e Souza et al. (2008), a entrevista

é uma oportunidade para a experiência auto epistêmica. Os vários níveis de comunicação entre entrevistado (coparticipante) e entrevistador (mediador) podem dar a conhecer, a ambos, distintas dimensões da própria subjetividade. Conduzir o participante da pesquisa a uma reflexão abre possibilidades de produção de novos sentidos subjetivos que se integram ao sistema de sentidos já configurados, conduzindo a momentos qualitativos de desenvolvimento da própria narrativa.

Produzir dados analíticos vai além da aplicação de entrevistas, uma vez que o entrevistador/mediador (des/re)monta o já dito. A entrevista não está fechada entre perguntas e respostas, assumimos o (com)partilhar e a cumplicidade da pesquisa entre pesquisador (mediador) e pesquisado (coparticipante), para tal, nos apoiamos em Parayso que aponta:

As teorias pós-críticas não possuem um método recomendado para realizarmos nossa investigação. Dedicamos esforços para construirmos nossas metodologias, então, porque sabemos que o modo como vamos fazer a nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos. (Parayso, 2012, p.24).

Analisar, (re)pensar, (re)escrever, construir COM e não PARA são movimentos que guiam o desenrolar da pesquisa, principalmente relacionado a produção dos dados, a partir da entrevista. As narrativas ganham dimensão de diálogo à medida que a horizontalidade permeia a produção dos dados e os coparticipantes são entendidos como protagonistas (SUSSEKIND, LONTRA, 2016, p.92) da pesquisa, cada um como uma “rede de sujeitos gerada pelo enredamento das diferentes formas de inserção social” (SUSSEKIND, LONTRA, 2016, p.99) em experiências próprias e coletivas.

#### **4.1. Interlocução e protagonismo: auto (d)enunciação de vidas**

Acreditamos que nenhuma pesquisa é neutra, do ponto de vista epistemológico (como já apontado anteriormente), bem como relacionado à escolha dos instrumentos, nesse sentido a opção de trabalhar com entrevistas que, por vezes são muito mais que uma simples dinâmica de perguntas e respostas, mas sim narrativas de vidas carregadas de sentimentos e emoções.

Dez narrativas foram (com)partilhadas em momentos individuais, no qual os coparticipantes se entregaram em um processo de (re)descoberta, (re)invenção, (des)arrumação e (re)significação. Dez coparticipantes narram angústias e resistências

de momentos que xs constituíram. Seis que enfrentaram o processo migratório e quatro que permanecem em solo caatingueiro. Segue tabela com os nomes reais dxs coparticipantes da pesquisa, uma vez que tal uso foi previamente autorizado pelxs mesmxs:

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Localidade que reside atualmente</b>
<b>Edmo</b>	18	Gay	São Paulo
<b>Luciano</b>	38	Gay	Nova york
<b>Jamil Godinho</b>	24	Gay	Salvador
<b>Stéfano</b>	32	Gay	Campina Grande
<b>Glauber C.Rocha</b>	25	Gay	Brasília
<b>Renata</b>	22	Lésbica	Salvador
<b>Maia (nome social)</b>	18	Mulher trans	São Gabriel
<b>Juliano Marques</b>	35	Gay	São Gabriel
<b>Gabriela</b>	19	Bissexual	São Gabriel
<b>Mateus</b>	19	Assexual	São Gabriel

Testa frangida, olhos mareados, “risadas de canto”, choros e soluços fizeram parte dos momentos que procederam aos relatos. Relatos estes, muitas vezes dolorosos para xs coparticipantes (e para mim – mediadora, que ao mesmo tempo em que a escuta precisa ser/estar sensível à fala, fui tomada, por diversas vezes, de emoções) pois

resgataram situações de rejeição, solidão, homofobia....no qual, visivelmente, trazem à tona vivências traumáticas que, infelizmente, não ficaram no passado e que de forma recorrente são acionadas como mecanismos de controle que inferiorizam e negam suas vidas.

A “entrevista” assume posição de perguntas mobilizadoras para problematizar e o que é dito e extrair o máximo de multiplicidade de significados, acerca das questões. As entrevistas feitas com xs coparticipantes que residem em São Gabriel foram feitas em minha casa (opção dx coparticipante), foram gravadas em dispositivo de áudio e em momento posterior, transcritas. Com os demais, que moram em lugares diversos, o primeiro contato foi feito pelas redes sócias, principalmente o WHATSAPP, no qual foi realizado o convite para participar da pesquisa, seguido de esclarecimentos sobre a mesma.

Vale ressaltar que das pessoas convidadas que moram fora, todas acolheram a pesquisa e se disponibilizaram em participar/contribuir. Xs que moram em São Gabriel, tivemos três rejeições em participar. A produção dos dados da investigação com xs que residem fora do território se deu por meio das redes sociais e ferramenta de projeção áudio visual online: skipe.

Inspirada nas colocações de Marluce Paraíso, a cerca de seus estudos sobre Metodologias pós-críticas, no qual a autora citando Corazza e Tadeu (2003, P.16), após a coleta dos dados nos interrogamos “O que posso fazer com isso?” (PARAÍSO, 2012, P.37). Quais forças movimentar para produzir alinhavos analíticos e dar visibilidade em minha investigação? São questões contundentes que buscamos refletir e embora, as respostas não estejam prontas e acabadas (re)afirmamos que tal investigação tenta romper com os silêncios no sertão catingueiro e dar voz aos coparticipantes sobre a produção das suas vidas.

Xs coparticipantes da pesquisa estão/estiveram inseridxs no município de São Gabriel/Ba, região da caatinga no semiárido nordestino. Estxs se constituíram no território da caatinga, nasceram e cresceram neste espaço, suas famílias, em sua grande maioria<sup>11</sup>, têm forte ralação com a terra, embora com a seca e a improdutividade das plantações muitos tenham migrado para outras atividades, no entanto a matriz primária destes sujeitos é a camponesa.

---

<sup>11</sup> Apenas uma coparticipante relatou que sua família não teve/tem relação de produção direta com a terra, todxs xs demais trazem relatos de cultivo e criação de animais.

São dez pessoas, no qual a identidade que une tais sujeitos é a violência marcada em suas mentes e corpos, emaranhados em traços, imensuráveis de abjeção, devido à orientação sexual, por escaparem as normas de gênero.

São Gabriel faz parte do território de Irecê que com mais 20 municípios compõem uma região ruralizada, no qual a maior parte das famílias tiram o sustento da produção agrícola e criação de animais. Segue mapa abaixo com a localização do município.

Imagem 1: Localização de São Gabriel no Estado da Bahia.



Fonte: Google maps

Imagem 2: Localização de São Gabriel entre municípios do território.



Fonte: Google maps

Imagem 3: Foto da cidade de São Gabriel: área urbana



Fonte: Google maps

#### 4.2. Mostra audiovisual: produção e arranjos na Arte de projetar os corpos

A pesquisa ganha corpo, forma e força e vai se desenhando, estruturando e se (auto)constituindo entre leituras, reflexões e narrativas. À medida que o avanço nas leituras interpelavam novas questões, iam ampliando e instigando as narrativas; que, por vezes as reflexões demandavam mais leituras e as narrativas interrogavam (o tempo todo) a escrita a des(a)fiar nesta bricolagem a constituição de um produto. Produto este, que ao mesmo tempo em que acolha tamanho desafio, também se incorpore (enquanto instrumento de formação) em espaços políticos e que seja capaz de levar as marcas da abjeção, as denúncias das violências inflamadas em seus corpos e as (re)existências de suas vidas.

Diante de tamanho desafio e o, imensurável, desejo de aliar a minha prática pedagógica de sala de aula com este trabalho acadêmico optamos por construir uma Mostra audiovisual de Artes que se inscreve enquanto instrumento/mecanismo discursivo, no qual apresenta uma matriz pedagógica que promova o respeito à igualdade e a diversidade sexual com viés artístico.

Atualmente estou como professora de Artes no Instituto Federal da Bahia campus Irecê, bem como na rede estadual de ensino. Em 2017 começo a desenvolver atividades no IFBA como professora substituta de Artes. Em maio de 2018 tomo posse como professora aprovada em concurso público para a mesma vaga a qual ocupava. Recentemente, tomei posse no estado para professora de Artes e em ambas as instituições trabalho com o conceito de Arte Engajada e as produções construídas no âmbito das artes que promova a igualdade entre os seres. Assim, a opção pela Mostra audiovisual evoca e confere a minha prática pedagógica, enquanto professora de Artes a (des)organizar políticas nos micro espaços que estou inserida, bem como lugares referentes à arte.

A Mostra se desdobra (para a defesa) em dois momentos: exposição de fotos dxs coparticipantes e um vídeo. No momento posterior a defesa, a Mostra tem o desafio de se apropriar de micro espaços políticos (afinal as políticas não estão, tão somente, no âmbito do estado) de formação, sobretudo o da escola e, nestes, um terceiro momento será incorporado, um bate papo com o público sobre gênero, sexualidade, abjeção, homofobia e resistência.

As produções do vídeo e das fotos foram feitas em algumas etapas, sendo que dos quatro coparticipantes que moram em São Gabriel, dois não participaram das

gravações<sup>12</sup>. Assim, as gravações com xs outrxs dois/duas coparticipantes e mais uma que mora fora, mas que no momento estava na região e se dispôs a fazer as gravações, foram feitas na comunidade rural de Mata Verde nos dias 13 e 14 de abril. As participações na Mostra dxs coparticipantes que moram em outras cidades se deram por meio do envio de fotos (parte da Mostra que se relaciona com a fotografia) e envio de áudios (coleta feita a partir das entrevistas) enviados pelo instrumento de comunicação social whatsapp.

Alinhar a Mostra cultural com a minha área de formação é, sem dúvida, um ganho pessoal e profissional, uma vez que a discussão sobre gênero, sexualidade, homofobia, abjeção e resistência colocada em uma perspectiva artística válida, cria e amplia condições para que a Mostra consiga transitar por vários espaços. Concebemos, ainda, diante do atual cenário conservador da política, não só brasileira, mas também da América Latina que a Arte engajada, no qual a Mostra se reveste é um instrumento de enfrentamento ao pensamento hegemônico que questiona, interroga e subverte as normas de gênero.

---

<sup>12</sup> Mateus e Maia não participaram das gravações, pois não se sentiram a vontade em terem suas imagens impressas em fotos e no vídeo. Xs mesmxs moram com suas famílias e ficaram com medo de se exporem, embora acreditem na importância de tal pesquisa para a região não se sentem preparadxs. Os relatos de ambos estão impressões neste texto escrito, previamente autorizados.

## 5. Considerações finais/provisórias

Para além da curva da estrada  
Talvez haja um poço, e talvez um castelo,  
E talvez apenas a continuação da estrada.  
Não sei nem pergunto.  
Enquanto vou na estrada antes da curva  
Só olho para a estrada antes da curva,  
Porque não posso ver senão a estrada antes da curva.  
De nada me serviria estar olhando para outro lado  
E para aquilo que não vejo.  
Importemo-nos apenas com o lugar onde estamos.  
Há beleza bastante em estar aqui e não noutra parte qualquer.  
Se há alguém para além da curva da estrada,  
Esses que se preocupem com o que há para além da curva da estrada.  
Essa é que é a estrada para eles.  
Se nós tivermos que chegar lá, quando lá chegarmos saberemos.  
Por ora só sabemos que lá não estamos.  
Aqui há só a estrada antes da curva, e antes da curva  
Há a estrada sem curva nenhuma.

Alberto Caeiro, in "Poemas Inconjuntos"  
Heterónimo de Fernando Pessoa

A metáfora reflexiva proposta pelo poema “Para além da curva da estrada” faz relação com o meu processo de “caminhada” no mestrado e o encontro com os caminhos trilhados pelos coparticipantes na “labuta” de (re)existência de suas vidas dentro e fora do território caatingueiro, mas principalmente com a minha trajetória (política) de vida, relatada na introdução.

O percurso trilhado até este momento não foi aleatório. Menina, mulher, mãe, feminista, estudante e professora se constituíram em vários territórios, sendo estes urbanos e rurais. Cada experiência, em suas particularidades, me instigou a conhecer o que existe para além da curva da estrada. Uma estrada que não tem fim, por vezes refrescada em breve brisa abrilhantada pelo luar do sertão, por vezes o percurso se fez/faz embaixo de altas temperaturas em dias ensolarados.

O que encontrei/encontro na caminhada antes da curva da estrada? Desalento, pedras ásperas, como só o sertão tem, para tanto não costumo exaltar dificuldades (embora acredite que devam ser valorizadas), prefiro pensar como a pintora Frida Kalko “Onde não puder amar não te demores”, amor pela vida, pelo respeito, pelas relações igualitárias, pela transformação social que lance às pessoas em um mesmo patamar de direitos. Assim o fiz (ou tento fazer). Na trajetória de minha existência que anseio chegar na curva da estrada, procurei não me demorar nos percursos ásperos, e voltar-se para aqueles, no qual por do amor pudessem significar mudança, pois como diria Rosa de Luxemburgo “Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nos conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”

Envolvida e contaminada pelas falas que ecoam das lutas travadas por Frida e Rosa, sou lançada nas atividades acadêmicas do mestrado e escolhida pela pesquisa<sup>13</sup> a dialogar com gênero, sexualidade e educação do campo. O que existirá além da curva da estrada? Instigada por tal proposição, me atrevo a dizer que em uma dessas curvas da estrada encontrei exclusão, abjeção, violação de direitos, silenciamento, mas também resistência, muita resistência de vidas que por meio de suas experiências ecoam trajetórias singulares que trazem marcas muito semelhantes: processos (históricos) excludentes que demarcam o espaço de existência de pessoas que escapam as normas de gênero.

Após o encontro, em uma das curvas da estrada com a pesquisa, as categorias de análise e os coparticipantes, uma nova caminhada em busca da próxima curva é incorporada na caminhada: a execução da pesquisa. A primeira parte deste trabalho dediquei-me a apresentar o silêncio e invisibilidade das pessoas não alinhadas as normas de gênero nas produções acadêmicas que embasam a linha epistemológica da Educação do Campo referente a gênero e diversidade sexual. Embasei-me em um dos

---

<sup>13</sup> Aponto na introdução os motivos pelos quais me levaram a trocar de foco na pesquisa.

princípios que constituem e dão materialidade as lutas travadas pela Educação do campo, o da Diversidade.

Para isso, demarqueei tal ausência por meio de buscas de produções acadêmicas em sites e plataformas acadêmicas, associando Educação do Campo e diversidade sexual, no qual a restrita produção é visível quando se trata de diversidade sexual discutida nas bases epistemológicas da Educação do Campo. Bem como, a quase que total ausência de grupos de trabalho ou linhas de pesquisa constituídas em eventos da Educação do Campo específicos para fomentar tal debate.

Num segundo momento, dedique-me a apresentar as categorias de gênero e sexualidade a partir das filiações teóricas pelas quais é possível identificar e questionar como as produções dos corpos, não alinhados as normas de gênero, no campo catingueiro são concebidos. Para tanto, procurei estabelecer diálogo entre as experiências de vida dxs coparticipantes e as bases de produção acadêmica atreladas a teoria queer.

Nessa linha de pensamento, o gênero foi posicionado como uma forma de performatizar os corpos caatingueiros. A compulsoriedade entre sexo, gênero e sexualidade transcorre em uma lógica “naturalizada” de comportamentos e funciona como instrumento de opressão das pessoas que escapam as normas de gênero.

O terceiro e último momento, faço uma breve discussão, porém necessária, sobre as formas de resistência constituídas no campo da heteronormatividade, como formas de enfrentamento a ações que violaram e violam vidas dentro de estruturas arraigadas pelas normas de gênero. Nessa investida, os coparticipantes insurgem diante de suas narrativas sob o potencial radical que assumiram e assumem em diversos momentos para se fazerem respeitadxs e que disputam espaços de poder dentro da estrutura social opressora.

Por fim, a caminhada que enseja novas curvas não termina aqui, pelo contrário, a partir daqui caminhamos com a certeza que muitos passos precisam ser dados, no entanto nestes meses caminhando junto com este grupo na produção da pesquisa, nos fortalecemos. Fortalecer-se em grupo é também fortalecer o grupo e à medida que estamos unidos em torno de uma luta, os processos estruturais da sociedade, entre eles a heteronormatividade, são combatíveis, com forte possibilidade de transformação. Com caráter ético-estético-político que este trabalho assume e engrossa as produções de

outras, aspiramos ter construído reflexões que fazem frente à hegemonia heteronormativa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Nordeste: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940). 2ª Edição. / Durval Muniz de Albuquerque Junior. – São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

BELCHIOR, Antônio Carlos: [https://www.pensador.com/frases\\_de\\_belchior/](https://www.pensador.com/frases_de_belchior/) Acesso em 17/06/2019.

BENTO, Berenice. *Homem não tece dor: queixas e perplexidades masculinas*. Natal, EDUFRN, 2012.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos/ Berenice Bento*. – Salvador: EDUFBA, 2017.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia-Historia e crítica de um preconceito*(2010)

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: femininos e subversão da identidade*/13ª ed; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. – (Sujeito e História)

\_\_\_\_\_. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002. (Original publicado em 1993).

\_\_\_\_\_. Deshacer el género. El regulamento del género. Buenos Aires. Editora: Paiádos. P. 68 a 88, 2004

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão – Brasília: MDA/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. CD ROM: Especialização Latu Senu em Educação do Campo – UAB/UNIMONTES / Módulo II. 2009.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões. 2012.

Dissidências sexuais e de gênero/Leandro Colling, Organização. – Salvador: EDUFBA, 2016.

DORNELLES, Priscila Gomes. A (hetero) normalização dos corpos em práticas pedagógicas em Educação Física escolar. Priscila Gomes Dornelles. – 2013.

EMICIDA, AmarELO. <https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar/> acesso em 27/06/2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. Educação e Realidade. Jul/dez. 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos e pesquisas, n.114. p.177 – 223, novembro/2001.

FLICK, Une. Introdução a pesquisa qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre, Artemed, 2009.

FOUCAULT, M. **Power and Knowledge**: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. Colin Gordon ed.: Londres, 1980. 142 p.16.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro. 4ª ed, 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-251.

SÃO GABRIEL, Fotos:

<https://www.google.com.br/search?dcr=0&q=fotos+de+s%C3%A3o+gabriel+bahia&tbm=isch&source=> Acesso em 13/11/2018

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação**: construção e desconstrução. Educação e Realidade, Porto Alegre: FASED/UFRGS, v.20, n.2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Proposições, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer/Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. **Teorias e Políticas de Gênero**: fragmentos históricos e desafios atuais. Rev Bras Enferm, Brasília, DF, p. 13-18 jan/fev. 2004.

\_\_\_\_\_, Dagmar Estermann. DORNELLES, Priscila Gomes. Corpo, gênero e sexualidade na escola: Cenas contemporâneas, políticas emergentes e teorias potenciais. In. GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. DORNELLES, Priscila Gomes [et al.]. **O recôncavo sai do armário**: universidade, gênero e sexualidade. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.

Metodologias de Pesquisa pós-crítica em educação. Dagmar Estermann Meyer, Marlucy Paraíso, (Organizadoras). – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2.ed.rev. e ampl., 3.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.- (Série cadernos da diversidade; 6)

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis:

Vozes, 2001.

O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade / Org. Ana Cristina Nascimento Givigi, Priscila Gomes Dornelles ... [et al.]. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2013.

CAIEIRO, Alberto. Além da curva da estrada: <http://arquivopessoa.net/textos/2666>. Acesso em 27/07/2019.

KALHO, Frida Kalho, <http://desabafosocial.com.br/blog/2015/08/02/frases-frida-kahlo/> acesso em 27/06/2019.

LUXEMBURGO, Rosa: <https://www.pensador.com/ poesia de rosa luxemburgo/ACESSO EM 16/12/2018>

PETERS, Michael. Pós estruturalismo e filosofia da diferença/Michael Peters: Tradução de Tomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014, p. 27.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SAFATLE, V. Cinismo e falência da crítica. São Paulo: Boitempo, 2008.

SUSSEKIND, Maria Luiza. LONTRA, Viviane. Narrativas como travessias curriculares: sobre alguns usos da pesquisa na formação de professores. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 87-108, jan./abr. 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
Mestrado Profissional em Educação do Campo**



<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ E NOME**

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim revelados (a) e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados (as), para compor o vídeo e fotos sobre a pesquisa intitulada **“AS CERCAS QUE DIVIDEM O LUGAR DE EXISTÊNCIA DOS CORPOS DISCIDENTES DA HETEROSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DE SÃO GABRIEL/BA”**. E que estas sejam destinadas à divulgação ao público em geral e formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de

Dados Informatizado *Multimídia*, “home vídeo”, DVD (“digital vídeo disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus ao responsável da pesquisa ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sociocultural voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Nome:
RG Nº:
Telefone para contato:

São Gabriel,/Ba \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**Mestrado Profissional em Educação do Campo**  
<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>



### **Entrevista**

**Entrevistador:** Olá. Bom dia/tarde/noite.

**Entrevistador:** Desde já, agradeço por ter aceitado dar essa entrevista.

**Entrevistador:** Começo por dizer que a presente entrevista faz parte de um estudo sobre “Gênero, sexualidade e exclusão no campo”. A respectiva pesquisa é uma produção acadêmica do Mestrado em Educação do Campo na UFRB.

**Entrevistador:** O objetivo é a compreensão de como os sujeitos não heterossexuais vivem ou viveram no município de São Gabriel. Entender, ainda, como se dá a

percepção dos entrevistados relativamente à (homo e hétero) sexualidade de acesso a espaços sociais e públicos.

**Entrevistador:** Assim que lhe fizer a pergunta tem tempo para pensar na resposta, não é preciso se precipitar.

**Entrevistador:** Se aparecer alguma dúvida, pode perguntar.

**Entrevistador:** Podemos dar início à entrevista?

### **Primeira parte da entrevista: dados pessoais**

**Pergunta:** Inicialmente gostaria que você falasse um pouco sobre sua vida: idade, escolaridade, religião, trabalho...

**Pergunta:** São Gabriel por ser um município rural muitas famílias vivem da produção agrícola. Fale um pouco da sua relação e da sua família com a terra? Plantio, criação de animais, produção...(se houver)

### **Segunda parte da entrevista: gênero e sexualidade e juventude**

**Pergunta:** Gostaria que você relatasse em que momento começou a perceber que estava sendo acionadx pela sociedade como diferente, como não heterossexual? Fique a vontade para relatar, inclusive, passagens e lembranças!

**Pergunta:** Qual a sua orientação sexual?

**Pergunta:** Explique-me como era/é a relação com sua família devido a sua orientação sexual. Diálogos, conflitos, apoio....

**Pergunta:** Me conte como você era percebidx, tratado na escola? Se possível relate passagens de vivências com colegas e professores! A escola para você foi um espaço de vivência saudável das relações com colegas e servidores? Fale um pouco sobre isso!!

**Pergunta:** Os espaços comunitários, como associação, grupos pastorais, religiosos, ou outro que não falei, você já fez parte de algum? Como você era/é posicionado nesses espaços?

**Pergunta:** Quando você precisa recorrer a algum serviço do estado, como por exemplo, os de saúde, ou mesmo algum serviço disponível na prefeitura ou em uma de suas secretarias (educação, social...) há alguma distinção de tratamento entre você e alguém

que se relaciona com pessoas do sexo oposto? Você recorda de alguma passagem constrangedora?

**Terceira parte da entrevista:**

**Pergunta:** Quais as expectativas de femininidade são construídas como referência no território? Como as mulheres heterossexuais são educados para ser?

**Pergunta:** Quais as expectativas de masculinidades são construídas como referência no território? Como os homens heterossexuais são educados para ser?

**Pergunta:** Gostaria que você falasse como você se percebe enquanto moradora (or) do campo que não corresponde às expectativas de gênero que define os sujeitos em homem e mulher?

**Pergunta:** Fale um pouco como é ser homossexual/bissexual em um território rural?

**Pergunta:** Como se dá a sua movimentação por espaços sociais/públicos? Você acessa os espaços públicos tranquilamente?

**Pergunta:** E quando você está acompanhadx com companheirx? Quais as estratégias de enfrentamento que vocês constroem para circular nestes espaços tranquilamente?

**Pergunta:** Quais enfrentamentos cotidianos são vividos pelos sujeitos não heterossexuais neste território?

**Pergunta:** Você já viveu situações de homofobia? Descreva/Relate as situações vividas.

**Pergunta:** Você já sentiu vontade de migrar devido a sua sexualidade?

**Pergunta:** Tem alguma questão que eu não coloquei e você gostaria de abordar?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**Mestrado Profissional em Educação do Campo**  
<https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/>



**Roteiro do Vídeo e das fotos**

**Nome do Vídeo:**

**Cenário:** Comunidade de Mata Verde

**Duração:** 15 a 20 minutos

**Público:** Jovens e adultos

**Uso político-pedagógico:** Espaços de formação

**Descrição das cenas**

**Abertura**

O vídeo será iniciado com os créditos que justificam a sua feitura: nome do vídeo; produto de conclusão do mestrado com informações sobre a universidade; autora e orientadora.

**Primeira parte:**

Apresentação dos coparticipantes; falas que trazem a experiência de cada ux e sua familiares com a terra, bem como as primeiras percepções que xs mesmxs estavam sendo acionadx como diferentes. Ainda, nesta parte inicial são apontadas algumas experiência de homofobia dentro e fora da escola.

**Segunda parte: Expectativas de feminilidade e masculinidade no território caatingueiro e o processo migratório**

Abrimos o segundo momento com áudios sobre os principais aspectos que contribuíram para o processo migratório dxs que não residem em São Gabriel, seguido de expectativas e percepção dos coparticipantes sobre feminilidade e masculinidade no território catingueiro. Neste momento, à medida que os relatos foram aparecendo, procuramos estabelecer permanente diálogo entre experiências de vida e a literatura que movimentou a escrita do trabalho.

**Terceira parte: (re) existências que marcam vidas**

Como parte final do vídeo destaca-se estratégias de resistência e enfrentamento empreendidas pelos coparticipantes na tentativa (política) de disputar espaços de poder que tentaram/tentam anular e silenciar suas experiência subjetivas de vida. Discursos extraídos das entrevistas dialogadas são postos como falas que “teimam” em desconstruir processos de exclusão.

---

